



MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2020



Órgãos Sociais
Eleitos para o triénio 2018-2020

Assembleia Geral

Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por: Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por: Fernando Dias Nogueira
Vogal	Bento Nuno de Mira Serrano

Conselho Fiscal

Presidente	Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por: Pedro André Silva de Sousa
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Cláudio João
Vogal suplente	Henrique Álvaro Cepeda Gamito Júnior



Comissão de Vencimentos

Presidente	Montepio Geral – Associação Mutualista representado por: António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A representada por: Luís Filipe Rodrigues
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Conjuntura Macroeconómica	7
1.1. Economia Internacional.....	7
1.2. Economia de Moçambique.....	9
2. O Mercado Segurador em Moçambique.....	11
3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.....	15
3.1. Plano de Contingência de Prevenção do Covid-19	15
3.2. Expansão e Desenvolvimento	15
3.2. Recursos Humanos.....	16
3.3. Sistemas de Informação	18
3.4. Marketing e Imagem Institucional	19
3.5. Análise da Actividade.....	19
3.5.1. Produção.....	19
3.5.2. Sinistros	21
3.5.3. Custos de Exploração.....	23
3.5.5. Resseguro Cedido	25
3.5.6. Gestão de Investimentos	25
3.5.7. Situação Financeira	26
4. Perspectivas para 2021	27
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais	29
Demonstrações Financeiras.....	31
Notas às Demonstrações Financeiras	37
Anexos	87
Parecer do Conselho Fiscal	90

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Relatório e Contas

2020

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

1. Conjuntura Macroeconómica

1.1. Economia Internacional

A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde a 11 de Março de 2020, por efeito do novo coronavírus – Covid-19, e as medidas adoptadas com o intuito de reduzir o nível de contaminação e propagação do vírus tiveram como consequência imediata uma recessão económica global sem precedentes, com um profundo impacto disruptivo nas cadeias de produção e na prestação de serviços, em especial no turismo e na mobilidade das pessoas.

A implementação de medidas profiláticas como o confinamento social, o encerramento de fronteiras, o recolher obrigatório e o fecho e redução de serviços empresariais provocaram uma forte e abrupta redução da actividade económica, quer do lado da oferta, quer do lado da procura, gerando uma profunda e persistente recessão.

Com efeito, e de acordo com o relatório do Banco Mundial (Perspectivas Económicas Globais), em 2020, a economia global contraiu 4,3%, situando-se muito abaixo das projecções efectuadas em 2019, que apontavam para um crescimento na ordem de 2,5%. Esta contracção está directamente relacionada com o colapso provocado pela pandemia, agravando os riscos associados ao endividamento global e comprometendo o crescimento futuro.

Analisando o comportamento das principais regiões económicas a nível mundial, em 2020, verificamos que:

- Na região da Ásia Oriental e do Pacífico assistimos a uma desaceleração da actividade económica para cerca de 0,9%. Refira-se, no entanto, que os efeitos e a gravidade do



impacto da pandemia foram sentidos de forma desigual. Na China e no Vietname estima-se que o PIB tenha crescido 2% e 2,8%, respectivamente, apresentando fortes indícios de retoma da produção e das exportações, apoiado por estímulos ao investimento público.

- O resto da região registou perdas significativas na produção, destacando-se os países com grandes surtos domésticos, como foi o caso das Filipinas, incerteza política (Malásia, Tailândia e Timor-Leste) e forte dependência do turismo (Fiji, Tailândia, Palau e Vanuatu).
- Na Europa, estima-se que o PIB regional tenha contraído 2,9%, com quase todas as economias a apresentarem sinais de uma profunda recessão. Os países mais afectados pela pandemia são aqueles com fortes ligações comerciais ou financeiras à zona euro, bem como os países fortemente dependentes dos serviços e do turismo. Os mercados emergentes da região sofreram as maiores perdas, devido ao menor nível de confiança nestas economias.
- Foram anunciados pacotes de apoio fiscal em quase todas as economias da Europa, mas apesar dos estímulos financeiros, a pandemia causou a perda de milhões de empregos, particularmente na Europa Central e na Rússia.
- A América Latina e as Caraíbas foram das regiões mais afectadas pela pandemia, tanto em termos sanitários, como a nível económico. Cinco das dez economias emergentes com mais óbitos *per capita* provocados pelo Covid-19 encontram-se nesta região. Estima-se que a economia regional tenha sofrido uma contracção de 6,9%, em 2020.
- No caso da África Subsaariana, a economia registou uma contracção de aproximadamente 3,7%, em 2020, devido às perturbações na actividade económica provocadas pela pandemia. Como resultado, o rendimento *per capita* diminuiu 6,1%, fazendo retroceder uma década os padrões médios de vida em vinte e cinco por cento das economias desta região. Os países mais afectados foram os que apresentaram grandes surtos domésticos, bem como os fortemente dependentes do turismo e os exportadores de matérias-primas, em especial os exportadores de petróleo.
- Na Nigéria e na África do Sul, a produção caiu abruptamente durante o ano de 2020. Estima-se que a economia da Nigéria tenha registado uma variação de -4,1%, com todos os sectores da actividade económica a serem afectados. Quanto à África do Sul, que já apresentava algumas dificuldades de crescimento antes da pandemia, terá registado uma redução da produção em 7,8%. O país sofreu o surto mais grave da região e enfrentou *lockdowns* rigorosos que paralisaram a economia.



O Banco Mundial tem estado a adoptar medidas amplas e rápidas para ajudar os países a fortalecerem a sua capacidade de resposta à pandemia, intervindo na saúde pública, apoiando para assegurar o fluxo de suprimentos e equipamentos essenciais e ajudando o sector privado a manter as suas operações e empregos. Com efeito, foi disponibilizado um financiamento no valor de 160 mil milhões de USD, ajudando mais de 100 países a protegerem os pobres e os mais vulneráveis, apoiando empresas e a retoma económica.

1.2. Economia de Moçambique

Em 2020, a significativa deterioração da actividade económica em Moçambique reflectiu os efeitos adversos da pandemia a nível global, num contexto em que a instabilidade militar, sobretudo na zona norte do país, também condicionou o curso normal da implementação dos projectos de exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.

Desta forma, assistimos, no ano em referência, a uma contracção de 2,4 pp. do PIB, resultando numa variação negativa de 1,3%, de acordo com o Relatório de Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação do Banco de Moçambique.

O desempenho da economia moçambicana foi influenciado pelo comportamento da indústria extractiva (-0,84%); transportes, armazenagem, informação e comunicação (-0,79%); hotelaria e restauração (-0,35%); comércio, serviços e reparação (-0,19%); e indústria transformadora (-0,11%).

Num contexto de declínio da actividade económica a nível mundial, as exportações reduziram devido ao efeito combinado da queda do volume e dos preços, com particular destaque para os principais parceiros comerciais de Moçambique. Adicionalmente, a redução das importações foi menos expressiva.

Nesta conjuntura, verificou-se um aumento da pressão sobre a despesa pública e financiamento interno, face à necessidade acrescida de fundos para a mitigação dos impactos da pandemia na economia nacional e à instabilidade militar na zona norte do país. Neste sentido, a despesa corrente absorveu mais recursos, em 2020, com um aumento de 15%, acompanhada da redução do investimento público, face ao abrandamento na implementação das actividades *onshore* dos projectos de gás natural na bacia do Rovuma.

Os principais desafios do país passam por manter a estabilidade macroeconómica, considerando a exposição às flutuações dos preços das matérias-primas e a necessidade de restabelecer a



confiança por meio de uma melhor governação económica e maior transparência. Um outro desafio prende-se com a diversificação da economia, face à actual dependência de projectos de capital intensivo e da agricultura de subsistência de baixa produtividade, reforçando, em simultâneo, os principais motores de inclusão, tais como a melhoria da qualidade da educação e da prestação de serviços de saúde, entre outros.

Espera-se que a partir do segundo trimestre de 2021, a actividade económica mostre sinais de recuperação, justificada pelas perspectivas de melhoria da procura externa e da retoma gradual da actividade económica, mediante a redução do número de infecções diárias e um possível alívio progressivo das restrições. Na vertente dos preços, prevê-se um menor agravamento no curto e médio prazo, a reflectir a actual tendência para a apreciação do metical.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a inflação acumulada de 2020 situou-se em 3,5%, contra os 3,4% de 2019. O comportamento do metical foi marcado pela depreciação, face ao euro, dólar americano (USD) e rand sul-africano, em 4,8%, 2,2% e 10,6%, respectivamente.

No quadro das relações internacionais, os dados apontam para um défice da balança comercial de bens, em cerca de 660,5 milhões de USD.

Em Dezembro, o saldo das reservas internacionais brutas era de 3.859 milhões de USD, valor suficiente para cobrir mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

As perspectivas para o curto prazo apontam para uma ligeira aceleração da inflação, justificada pelos seguintes factores: o fim das medidas administrativas de controlo de preços decretado na sequência da implementação das medidas de controlo da propagação do Covid-19; as restrições na circulação de pessoas e bens devido à instabilidade militar na zona norte do país e a aceleração dos preços dos bens alimentares na África do Sul.

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) em 10,25%. A decisão é justificada pelo facto de se manterem as perspectivas de aumento dos preços para o médio prazo, num contexto em que se prevê uma retoma lenta da actividade económica, em 2021.



2. O Mercado Segurador em Moçambique

De acordo com os dados publicados no Relatório do ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, referentes a 31 de Dezembro de 2019, a produção global das empresas de seguros apresentou, em 2019, um crescimento de 21,2% (1% em 2018).

A produção do ramo Vida manteve a tendência de crescimento, tendo apresentado uma variação de 27,5%, contra 10,4% em 2018. Por sua vez, os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 20,3%, o que contrasta com a variação de -0,2%, em 2018.

A produção do seguro directo, em 2019, foi de 15.950,1 milhões de meticais, contra 13.158,9 milhões de meticais, em 2018.

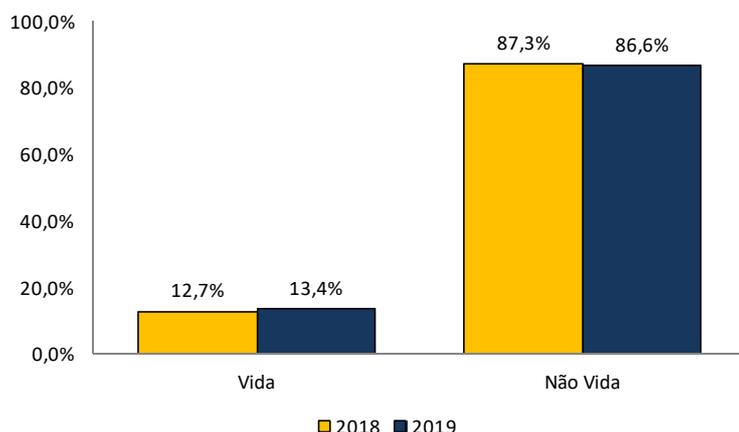
A tabela que se segue mostra a evolução da produção de seguro directo e as taxas de crescimento dos ramos Vida e Não Vida entre 2015 e 2019:

	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de empresas de seguros	18	19	20	21	21
Não Vida	10	11	12	13	13
Vida	4	4	4	4	4
Mistos	4	4	4	4	4
Nº de empresas de Micro-seguros	1	1	1	1	1
Valor da Produção	9.373,9	10.616,8	13.023,4	13.158,9	15.950,1
Não Vida	7.681,9	8.784,1	11.504,7	11.482,7	13.813,6
Vida	1.692,0	1.832,7	1.518,7	1.676,2	2.136,5
Taxas de Crescimento	-28,8%	-18,5%	22,7%	1,0%	21,2%
Não Vida	-33,1%	-23,6%	31,0%	-0,2%	20,3%
Vida	0,9%	20,7%	-17,1%	10,4%	27,5%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 – ISSM



Em 2019, os ramos Vida e Não Vida passaram a representar 13,4% (12,7% em 2018) e 86,6% (87,3% em 2018) do total da produção de seguro directo, respectivamente:



Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 – ISSM

O mercado segurador manteve, em 2019, o mesmo número de operadores, contando com um total de 21 seguradoras (incluindo uma micro-seguradora) e um ressegurador de direito moçambicano. A maior parte dos operadores exploraram, exclusivamente, os ramos Não Vida.

O quadro seguinte mostra o posicionamento de cada Companhia em 2018 e 2019:

Posicionamento		Empresas de Seguros		Quota de Mercado Global	
2018	2019	Denominação	Natureza	2018	2019
1º	1º	Emose	Mista	22,0%	22,9%
2º	2º	Hollard	Não Vida	15,6%	12,5%
3º	3º	SIM	Mista	12,5%	11,3%
4º	4º	ICE	Não Vida	9,6%	11,0%
5º	5º	Global Alliance	Mista	11,1%	9,9%
Cinco primeiras empresas				70,8%	67,6%
6º	6º	Índico	Não Vida	6,1%	6,4%
7º	7º	Mediplus	Não Vida	5,1%	5,7%
8º	8º	Fidelidade	Não Vida	3,4%	3,8%
9º	9º	Sanlam	Vida	3,2%	3,4%
10º	10º	MCS	Mista	3,2%	2,5%
Dez primeiras empresas				91,7%	89,4%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 - ISSM



A EMOSE continua a liderar o mercado, com 22,9% (2018: 22%), seguida das seguradoras Hollard com 12,5% (2018: 15,6%) e SIM com 11,3% (2018: 12,5%). A quota de mercado da MCS reduziu para 2,5% em 2019 contra os 3,2% em 2018, mantendo o seu posicionamento no décimo lugar no ranking. Nos ramos Não Vida a Companhia ocupa a nona posição, com uma quota de mercado de 2,9% (2018: 3,6%).

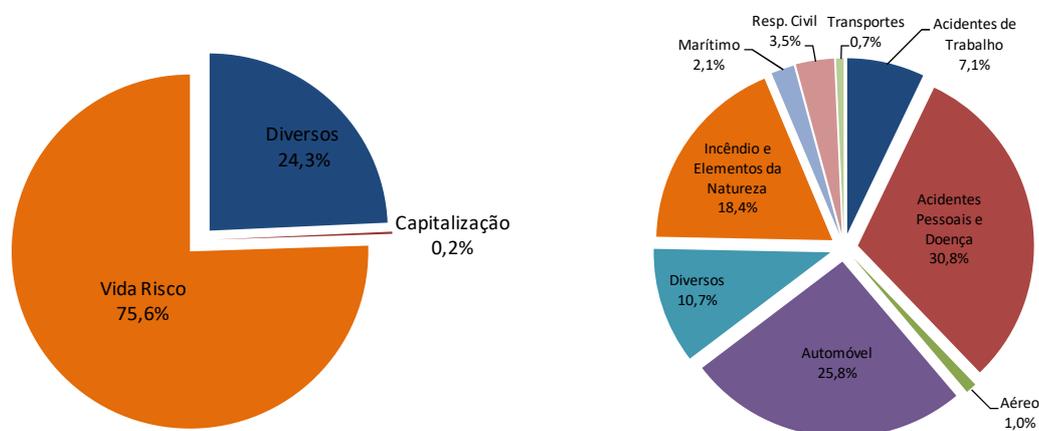
As cinco maiores seguradoras do mercado detêm 67,6% de quota do mercado, menos 3,2 pontos percentuais, comparativamente ao ano transacto e o conjunto das dez primeiras empresas detêm 89,4% (2018: 91,7%).

Em 2019, a produção de seguro directo do ramo Vida situou-se nos 2.136,5 milhões de meticaís (mais 460,3 milhões do que em 2018), com 335.512 apólices subscritas. Destaca-se a modalidade Vida Risco com 75,6% do total da produção.

No que se refere à produção dos ramos Não Vida, em 2019, foram subscritas 798.002 apólices, com destaque para a modalidade Automóvel com cerca de 56,7% do total das apólices. A produção destes ramos atingiu o montante de 13.813,6 milhões de meticaís, mais 2.330,9 milhões de meticaís, face a 2018.

Acidentes Pessoais e Doença passou a ser o ramo com maior volume de produção, ultrapassando o ramo Automóvel que tradicionalmente apresentava a maior quota, passando a representar 30,8% (26,4% em 2018) da produção total do ramo Não Vida, seguindo-se os ramos Automóvel e Incêndio e Elementos da Natureza, com 25,8% (29% em 2018) e 18,4% (19,2% em 2018), respectivamente.

Distribuição da produção de seguro directo por ramos Vida e Não Vida:



Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 – ISSM



Em 2019, a taxa de sinistralidade do ramo Vida situou-se em 30,3%, apresentando uma redução de 13,7 pontos percentuais comparativamente ao mesmo período de 2018. Relativamente aos ramos Não Vida, a taxa de sinistralidade situou-se em 49%, verificando-se uma redução de 0,9 pontos percentuais em relação a 2018. O ramo Acidentes de Trabalho apresenta a taxa de sinistralidade mais elevada, com 93,3%, enquanto a mais baixa foi registada no ramo Aéreo com -22,2%.

As tabelas que se seguem mostram as taxas de sinistralidade, em 2019 e 2018, por ramo:

Ramo Vida

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	milhões de metcais	
			Vida Risco	
			2019	2018
Total	404,3	1.335,2	30,3%	44,0%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 – ISSM

Ramos Não Vida

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	milhões de metcais	
			Índice de Sinistralidade	
			2019	2018
Acidentes de Trabalho	742,4	796,0	93,3%	56,7%
Acidentes Pessoais e Doença	888,8	1.898,3	46,8%	69,6%
Incêndio e Elementos da Natureza	110,2	323,3	34,1%	22,9%
Automóvel	1.369,9	3.253,3	42,1%	44,8%
Marítimo	33,8	49,2	68,7%	17,2%
Aéreo	(4,0)	18,0	-22,2%	6,4%
Transportes	6,6	55,4	11,9%	45,2%
Responsabilidade Civil Geral	107,0	162,7	65,8%	63,0%
Diversos	282,8	665,8	42,5%	30,3%
Total	3.537,5	7.222,0	49,0%	49,8%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 – ISSM



3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.

3.1. Plano de Contingência de Prevenção do Covid-19

Em resultado da pandemia do Covid-19, em 2020, a Moçambique Companhia de Seguros definiu um plano de contingência orientado para a prevenção e mitigação dos riscos associados à propagação do novo coronavírus, com o objectivo de assegurar a resiliência das suas operações e um adequado ambiente de trabalho não só para os seus colaboradores, como para as visitas de clientes e parceiros, adoptando diversas medidas alinhadas com as recomendações gerais da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como medidas suplementares destinadas a garantir a continuidade da actividade da MCS nas suas diversas instalações e espaços, nomeadamente:

- Criação de um grupo de trabalho de acompanhamento da pandemia do Covid-19;
- Definição de regras de acesso e permanência nas instalações da Companhia, bem como para a utilização de espaços como salas de reuniões, zonas de alimentação e de higiene pessoal;
- Reforço da segurança e higiene no trabalho;
- Definição de regras e restrições nas deslocações em contexto de trabalho e de socialização em contexto profissional;
- Estabelecimento de regras para as operações comerciais;
- Recomendações para os prestadores de serviços;
- Reforço da comunicação sobre a evolução da pandemia e das medidas definidas no plano de contingência.

3.2. Expansão e Desenvolvimento

Em 2020, a MCS continuou a concentrar os seus esforços no desenvolvimento de novos instrumentos de distribuição, na melhoria de sistemas e plataformas informáticas e no reforço das parcerias comerciais.

No âmbito dos projectos ligados aos novos canais de distribuição foi dada particular atenção ao *roll-out do* projecto de distribuição electrónica, em parceria com a “Recarga Aki” (o lançamento do projecto piloto realizou-se em Setembro de 2019), orientado para a comercialização do seguro de Responsabilidade Civil Automóvel, por via de plataformas electrónicas de distribuição. O investimento neste projecto não só permitiu alargar a capilaridade da MCS, com ganhos de eficiência comercial significativos, ao nível do processo de venda, cobrança e emissão de



apólices, como permitiu uma melhor distribuição do risco e uma diminuição da sinistralidade do ramo Automóvel.

Para além das vantagens já referidas, a natureza da operação e a sua ligação a canais digitais, quer no âmbito da emissão de apólices e cobrança dos prémios, quer na comunicação com os clientes, mostrou ser uma ferramenta muito importante durante os períodos de maiores restrições de mobilidade e contacto social decorrentes das medidas de controlo e prevenção do Covid-19.

Ao nível do desempenho dos restantes produtos comercializados pela Companhia, destaca-se o crescimento substancial do ramo Acidentes e Doença que registou, em 2020, um volume de prémios emitidos na ordem dos 153 milhões de meticais (2019: 107 milhões de meticais), impulsionado pela dinamização do produto Saúde que tem tido uma aceitação muito positiva por parte do mercado, em geral, e do canal de corretores, em particular.

O ramo Vida e a modalidade Viagens apresentaram fracos desempenhos, tendo registado um volume de prémios abaixo de 1 milhão de meticais. No caso particular dos produtos de Viagens, a quebra ocorrida é justificada pelas restrições impostas pelas medidas de prevenção do Covid-19 que determinaram longos períodos de confinamento social. O aumento do desemprego também levou a uma redução drástica da actividade creditícia associada aos seguros de protecção de crédito, com impacto na produção do ramo Vida.

Continua a ser desenvolvido um trabalho intenso de reorganização e dinamização do canal de corretores, quer no âmbito do desenvolvimento de novas parcerias, quer na segmentação das redes comerciais. A identificação e definição de parceiros “preferenciais” tem resultado na melhoria da qualidade da assistência e da produtividade do canal, conforme atestam os resultados alcançados.

Ao nível da cobrança de prémios, a MCS intensificou as acções em curso, tendo implementado uma estrutura com dedicação exclusiva a esta função. Estas acções permitiram melhorar significativamente o nível de cobranças em 2020, face ao exercício anterior, com um crescimento de 27%, provendo a Companhia de maior liquidez para fazer face às suas responsabilidades.

3.2. Recursos Humanos

A estrutura organizacional da MCS continuou a merecer uma atenção constante e regular, quer no âmbito da eficiência organizacional e da formação, quer ao nível da retenção, mobilidade interna e recrutamento de novos colaboradores, o que se mostra da maior relevância para a



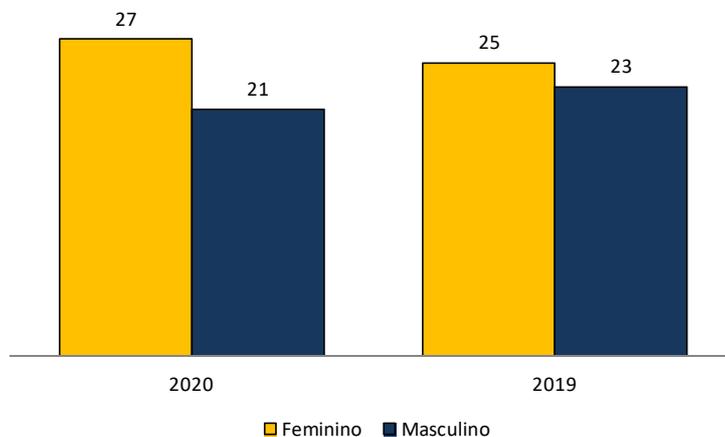
operacionalização das linhas de orientação estratégicas e para a implementação de processos e projectos, bem como de novas políticas.

A gestão de recursos humanos manteve-se fortemente orientada para a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos colaboradores, apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia e a necessidade de cumprir com as regras definidas no Plano de Contingência da MCS, em prol da saúde e bem-estar das equipas.

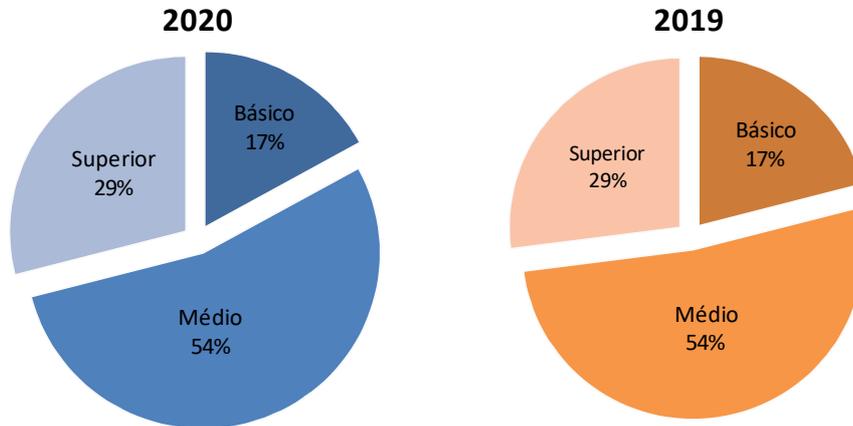
As acções de formação realizadas incidiram essencialmente em áreas técnicas (sinistros, subscrição e produção) e na área dos sistemas de informação, nomeadamente, no âmbito do novo sistema integrado de gestão de seguros (RIFT).

A 31 de Dezembro de 2020, o quadro de pessoal da Companhia apresentava 48 colaboradores, mantendo o mesmo número do exercício anterior (foram admitidos dois novos colaboradores na sequência de duas saídas), com uma distribuição por género e nível académico, conforme apresentado nos gráficos seguintes.

Distribuição por género:



Distribuição por nível académico



3.3. Sistemas de Informação

A MCS iniciou a implementação de um novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros no ano de 2018, tendo em vista a imperiosa necessidade de melhorar a eficiência operacional, o controlo de processos e a mitigação de riscos.

A primeira fase de implementação foi concluída em Setembro de 2019, com a entrada em produção dos produtos dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, tendo o processo continuado ao longo de 2020, com a integração dos produtos dos ramos Acidentes e Doença e Incêndio e Elementos da Natureza, permitindo o lançamento das modalidades Acidentes Pessoais e Viagens e a conclusão dos produtos de Saúde e Multiriscos, a par do desenvolvimento de novas funcionalidades e a definição de novos processos internos.

Importa ainda salientar que, em 2020, a implementação do novo sistema informático voltou a ser o projecto com mais impacto na actividade da MCS, quer ao nível da ocupação dos seus recursos humanos, quer no plano operacional e financeiro. O efeito dos recursos tecnológicos oferecidos pelo novo sistema, e que já estão operacionais, tem resultado em melhorias relevantes, com destaque para a eficiência nos processos de subscrição, de emissão de apólices e no mais eficiente controlo das cobranças, o que é bem visível não só no crescimento da produção da Companhia (refira-se que a implementação do projecto Recarga Aki não teria sido possível sem os recursos do novo sistema), mas, principalmente, na eficiência do processo de cobranças, permitindo uma comunicação automatizada, transversal e recorrente com os clientes



para cobrança dos prémios em dívida, ao mesmo tempo que possibilitou a disponibilização de novas formas de pagamento, como é o exemplo das referências ATM.

Em conclusão, o novo sistema informático permite criar um conjunto de ferramentas e automatismos em todas as áreas operacionais da Companhia, complementado com módulos de *workflow* e gestão documental, cujo contributo é fundamental no plano da mitigação dos riscos, na melhoria do controlo operacional e na fiabilidade dos dados, prevendo-se que o mesmo esteja totalmente concluído até ao final de 2021.

3.4. Marketing e Imagem Institucional

No âmbito da comunicação e divulgação do novo produto Mova/Recarga Aki e com o objectivo de reforçar, também, a imagem institucional da MCS, iniciou-se em Agosto de 2020 uma campanha publicitária, utilizando diversos meios - televisão, rádio e *outdoors* -, complementada por acções de marketing de activação no terreno, que contribuíram para o aumento da notoriedade do produto e da própria Companhia, alavancando substancialmente o volume de vendas.

Para além das acções atrás referidas, realizaram-se ainda algumas acções de marketing e *merchandising*, com destaque para a dinamização dos produtos Automóvel e Saúde.

3.5. Análise da Actividade

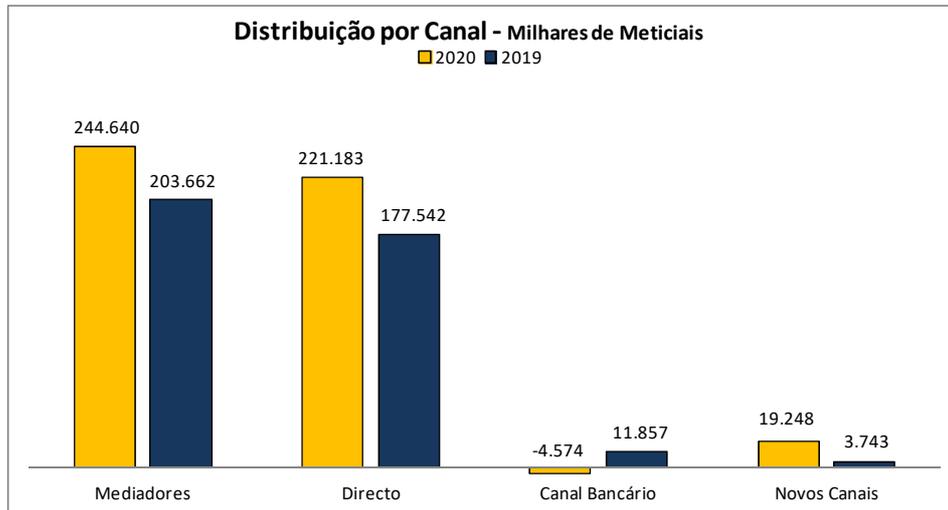
3.5.1. Produção

Os Prémios Brutos Emitidos atingiram, em 2020, o montante de 480.497 milhares de meticais (2019: 396.804 milhares de meticais), o que representa um crescimento de 21,1%, face a 2019. Este crescimento resultou, no essencial, da dinamização dos produtos Saúde e Automóvel, de um melhor desempenho do canal corretores e do aumento da eficácia do processo de cobranças, que permitiu reduzir o volume de anulações.

O comportamento dos Prémios Brutos Emitidos por canal apresentou, em 2020, a seguinte distribuição face a 2019: o canal de mediadores passou a ter uma contribuição de 51%, contra os 52% registados no ano transacto, seguido do canal directo com 46% (2019: 45%) e do canal bancário com -1% (2019: 3%), destacando-se a acentuada evolução dos novos canais que, em 2020, representam 4% do total dos prémios (2019: 1%).



O gráfico abaixo ilustra os PBE por canal em 2020 e 2019:



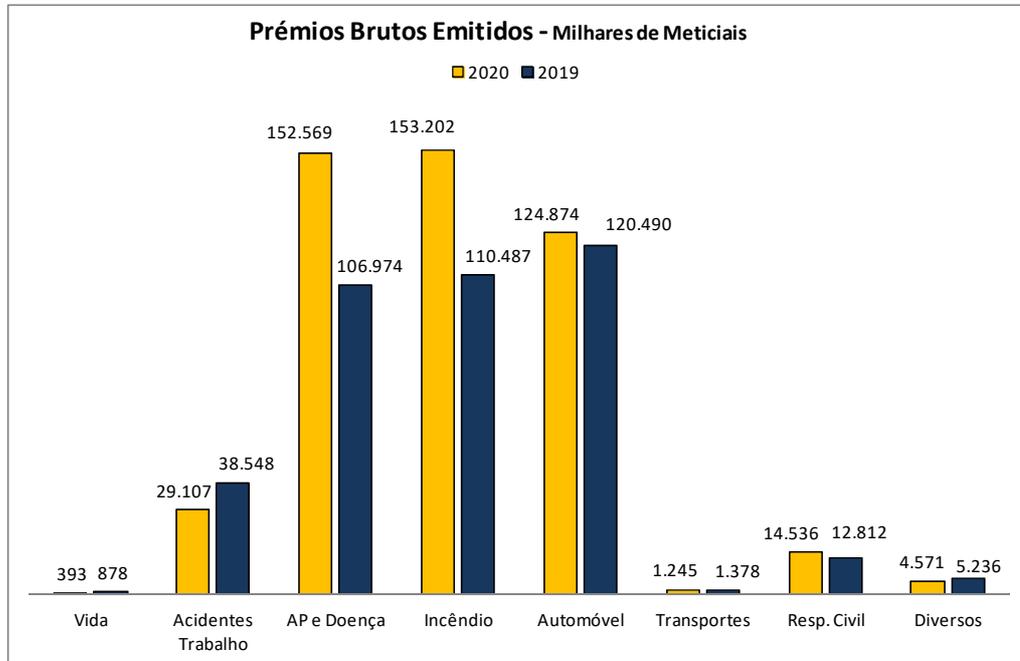
A Companhia continua a manter, na sua carteira de clientes, várias das mais qualificadas empresas e entidades do mercado nacional, das quais se destacam o Grupo Vodacom, Plexus Moçambique, Grupo Visabeira Moçambique, Telecomunicações de Moçambique, Electricidade de Moçambique, Conselho de Estado, Banco Único, Médicos Sem Fronteiras, entre outros.

No ano de 2020, foram emitidas 13.751 novas apólices (2019: 6.285) que representam um crescimento de 183%, sendo 11.271 de Automóvel, 562 de Acidentes Pessoais e Doença, 691 de Acidentes de Trabalho, 328 de Diversos, 270 de Incêndio, 51 de Vida, 115 de Responsabilidade Civil e o remanescente de Transportes. O prémio médio por apólice em carteira fixou-se em 19,62 milhares de meticais (2019: 30,64 milhares de meticais).

O conjunto dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Doença e Incêndio e Elementos da Natureza representam 89,6% dos PBE, com 26% (2019: 30,4%), 31,8% (2019: 27%) e 31,9% (2019: 27,8%), respectivamente. De salientar que o ramo Acidentes Pessoais e Doença apresentou um crescimento de 42,6% face a 2019, com a expressiva contribuição da venda do produto de Saúde.



O gráfico abaixo mostra a evolução dos PBE em 2020 e 2019:



3.5.2. Sinistros

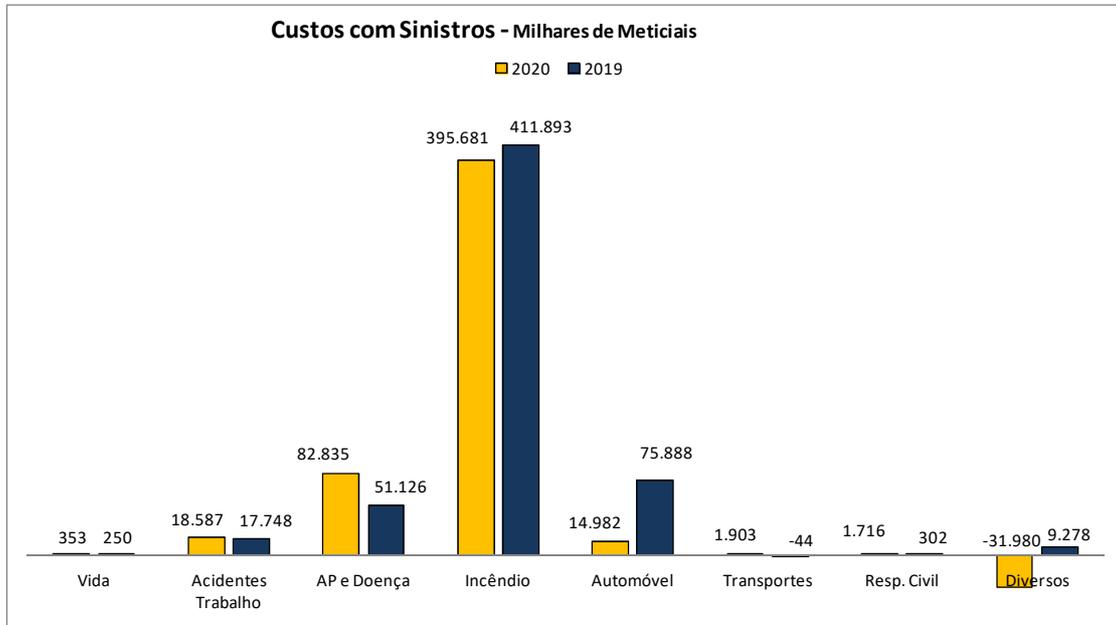
No exercício de 2020, a Companhia registou a participação de 1.757 processos de sinistro (2019: 1.705 processos), dos quais 442 foram já encerrados. No final do exercício, o número de processos de sinistro pendentes era de 1.408 (2019: 881). Dos processos pendentes, 564 dizem respeito a sinistros do ramo Saúde, cuja conclusão estava dependente da recepção de facturas de alguns prestadores.

Os custos com sinistros atingiram 484.077 milhares de meticiais em 2020 (2019: 566.442 milhares de meticiais). Os montantes pagos foram de 632.054 milhares de meticiais, com uma variação negativa em provisões de 147.976 milhares de meticiais.

As principais variações verificaram-se nos ramos Incêndio e Elementos da Natureza, resultante dos ciclones Idai e Kenneth, ainda com impacto em 2020, e Acidentes Pessoais e Doença.



O gráfico abaixo mostra a evolução dos custos com sinistros em 2020 e 2019:



De seguida são apresentados os rácios de sinistralidade de seguro directo em 2020 e 2019:

Rácios de sinistralidade / prémios adquiridos

Ramo	2020	2019
Vida	41,23%	23,58%
Acidentes de Trabalho	60,93%	50,64%
Acidentes Pessoais e Doença	60,10%	56,63%
Incêndio e Elementos da Natureza	263,82%	456,98%
Automóvel	12,55%	80,15%
Transportes	118,40%	-4,76%
Responsabilidade Civil	13,35%	3,15%
Diversos	-774,75%	196,36%
Rácio Global	105,89%	173,85%

O rácio de sinistralidade da Companhia, em 2020, fixou-se em 105,65% dos prémios adquiridos, com destaque para o ramo Incêndio e Elementos da Natureza que continuou a ser muito afectado pelo impacto dos ciclones Ildai e Kenneth.

Analisando as taxas de sinistralidade, líquidas de resseguro, verificamos que o rácio foi globalmente mais favorável, em 2020.



De seguida passamos a apresentar os rácios de sinistralidade, líquidos de resseguro sobre prémios adquiridos, líquidos de resseguro em 2020 e 2019:

Rácios de sinistralidade líquidos de resseguro

Ramo	2020	2019
Vida	54,20%	27,26%
Acidentes de Trabalho	55,49%	36,01%
Acidentes Pessoais e Doença	36,16%	-37,80%
Incêndio e Elementos da Natureza	188,84%	615,43%
Automóvel	13,39%	81,44%
Transportes	91,77%	-212,86%
Responsabilidade Civil	96,76%	-10,72%
Diversos	-3521,18%	-206,56%
Rácio Global	15,50%	34,08%

3.5.3. Custos de Exploração

No que se refere aos custos de exploração, o valor apurado em 2020 foi de 31.554 milhares de meticais, representando uma variação de -40%, face a 2019.

A diminuição do peso dos custos de exploração sobre os prémios adquiridos (conforme indicado na tabela abaixo) justifica-se pelo crescimento dos prémios adquiridos em 2020.

O quadro abaixo, resume o rácio dos custos de exploração por ramo em 2020 e 2019:

Custos de Exploração

Ramo	2020	2019
Vida	15,85%	12,80%
Acidentes de Trabalho	18,45%	16,06%
Acidentes Pessoais e Doença	4,77%	7,28%
Incêndio e Elementos da Natureza	8,38%	13,94%
Automóvel	16,40%	20,68%
Transportes	50,34%	88,44%
Responsabilidade Civil	8,06%	10,83%
Diversos	13,34%	11,66%
Total	10,25%	14,36%



3.5.4. Custos por Natureza

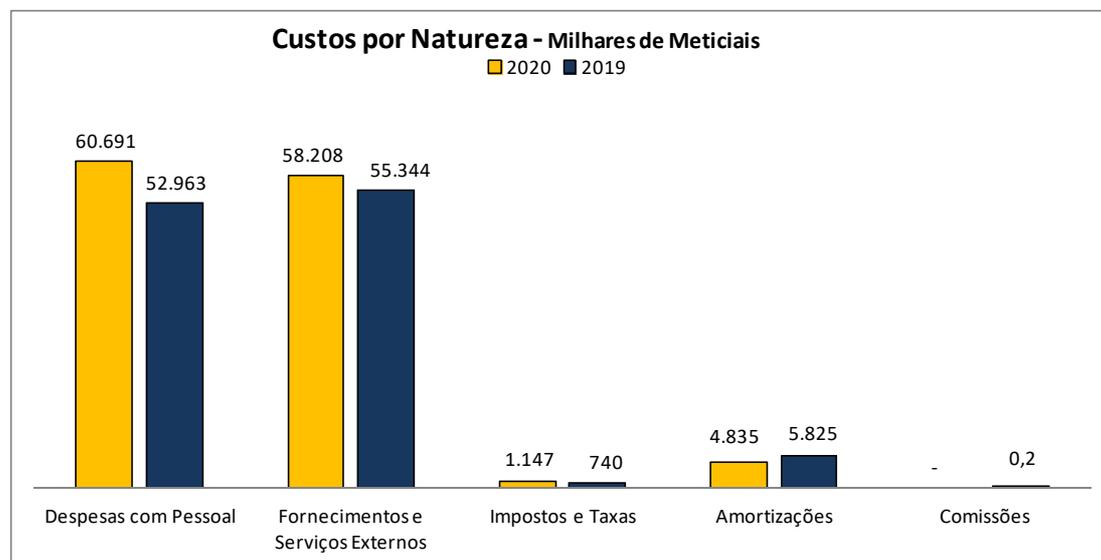
O total dos custos por natureza, em 2020, ascendeu a cerca de 124,88 milhões de meticais (2019: 114,87 milhões de meticais). As Despesas com Pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais, apresentaram um aumento de 22,4%, em parte devido à desvalorização do metical, enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos cresceram 20,3%, decorrente das acções publicitárias desenvolvidas e dos trabalhos especializados de consultoria.

Os restantes custos representam 4,8% (2019: 5,7%) do total dos Custos por Natureza, com uma variação de -8,9%, face a 2019.

De seguida é explicitada a composição dos custos por natureza em 2020 e 2019:

Ramo	2020		2019	
Custos por Natureza	124.881.100	27,3%	114.871.929	35,2%
Despesas com Pessoal	60.690.820	13,3%	52.963.024	16,2%
Outros Custos	64.190.280	14,0%	61.908.905	19,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	58.207.506	12,7%	55.344.269	17,0%
Impostos e Taxas	1.147.375	0,3%	739.911	0,2%
Amortizações	4.835.398	1,1%	5.824.565	1,8%
Comissões	-	0,0%	160	0,0%
Prémios Adquiridos	457.157.023		326.423.131	

No gráfico que se segue é feita a ilustração dos custos por natureza em 2020 e 2019:





3.5.5. Resseguro Cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2020, um saldo financeiro desfavorável aos resseguradores de 242.736 milhares de meticais, devido à regularização de danos relacionados com os ciclones Idai e Kenneth, ocorridos em 2019. No ano transacto, o saldo foi desfavorável em 271.275 milhares meticais precisamente por efeito dos referidos ciclones.

De seguida é apresentado o resultado do movimento com os resseguradores em 2020 e 2019:

Resseguro	2020	2019
Prémios de Resseguro Cedido	206.657.019	176.367.201
Comissões e Participações nos Resultados	17.473.125	23.726.594
Sinistros e Variação da Provisão para Sinistros	443.466.834	453.612.908
Provisão para Prémios Não Adquiridos	- 11.539.857	- 29.697.755
Resultado para os Resseguradores	- 242.743.083	- 271.274.546
Prémios de Seguro Directo	480.497.320	396.803.742
Taxa de Cedência	43,01%	44,45%

Na sequência da decisão tomada pela Lusitania de não desejar renovar, para 2021, o programa de resseguro firmado com a Companhia, situação comunicada com a devida antecedência, de modo a reduzir o risco da sua exposição à MCS, foram feitas as necessárias diligências junto do mercado para encontrar novos parceiros que garantissem um programa robusto e transversal, assegurado por entidades credíveis e com dimensão internacional.

Em resultado dessas diligências, a Swiss Re apresentou uma proposta para a cobertura de 70% dos riscos cedidos em quota-parte e em excesso de perdas, participando a Kemah Capital e a Africa Re com 15% cada uma.

No que se refere ao tratado de Saúde, a Africa Re renovou as condições que vigoraram durante o exercício de 2020.

3.5.6. Gestão de Investimentos

No exercício de 2020, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos em moeda nacional e em moeda estrangeira.



O quadro que se segue ilustra os investimentos por tipologia em 2020 e 2019:

Investimentos líquidos de desinvestimentos – milhares de meticais

Tipo de Investimento	2020	2019
Depósito a Prazo	102.827	25.479
Obrigações	-	1.500
Imóveis	61.956	63.370
De Serviço Próprio	61.956	63.370
Prémios de Seguro Directo	164.783	90.349

A variação positiva evidenciada no quadro acima resulta, essencialmente, do maior nível de depósitos a prazo constituídos no exercício.

3.5.7. Situação Financeira

Devido às anomalias ocorridas no fecho de contas do exercício anterior, por terem sido suprimidas, dos inventários de sinistros pendentes, provisões de um conjunto de processos dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, totalizando um montante de aproximadamente 72 milhões de meticais, devido a falhas graves ocorridas na replicação de dados do servidor do antigo sistema informático (WinSGS), localizado no Centro de Sinistros, para o servidor da Sede, procedeu-se à reexpressão das contas daquele exercício.

O activo líquido, em 2020, totalizou 902.601 milhares de meticais, sendo o valor, em 2019, de 848.318 milhares de meticais.

O total dos capitais próprios fixou-se, em 2020, em 187.341 milhares meticais, situando-se em 86.476 milhares de meticais, em 2019. Esta variação decorre, fundamentalmente, da conjugação dos valores resultantes da reexpressão de contas de 2019 que geraram um prejuízo de 87.089 milhares de meticais e do lucro de 100.865 milhares de meticais obtidos no exercício de 2020.

No exercício de 2020 a cobrança de recibos atingiu o valor de 537.887 milhares de meticais (2019: 423.686 milhares de meticais), o que representa cerca de 111,9% dos prémios processados, acima dos 106,8% registados no exercício anterior. Estes indicadores reflectem o esforço de cobrança desenvolvido ao longo do exercício, bem como a implementação de processos tecnológicos melhor adaptados e mais eficientes na regularização de prémios em dívida.



O montante dos prémios em cobrança, em 31 de Dezembro de 2020, fixou-se em 153.385 milhares de meticaís (2019: 214.663 milhares de meticaís), com uma variação de -29% (-61,3 milhões de meticaís). A provisão para estes recibos, que ascende a 30.158 milhares de meticaís, corresponde a uma cobertura de 19% do montante total. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa cerca de 94% do montante total. A provisão para prémios em cobrança está em conformidade com os critérios definidos pela Autoridade de Supervisão.

O valor do passivo da Companhia, no final de 2020, era de 727.949 milhares de meticaís (2019: 761.842 milhares de meticaís) sendo, no essencial, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

Importa ainda referir que o passivo da Companhia relativo ao ano de 2019 foi ajustado dos anteriores 667.987 milhares de meticaís para os actuais 761.842 milhares de meticaís, por efeito da já referida reexpressão das contas.

4. Perspectivas para 2021

Os efeitos da pandemia do Covid-19, em 2020, com uma acentuada degradação económico-social em todo o mundo, atingindo as cadeias de produção, consumo e investimento, ainda se farão sentir em 2021.

As populações mais vulneráveis têm tido maior dificuldade em resistir aos impactos negativos da crise, com perdas de emprego e de rendimento sem precedentes. Embora o processo de vacinação traga sinais encorajadores para o segundo semestre de 2021, a recuperação económica tarda em fazer-se sentir e será mais lenta e menos robusta do que inicialmente se previa.

Em Janeiro de 2021, o Fundo Monetário Internacional actualizou as perspectivas do crescimento económico mundial para 5,5%, em resultado do desenvolvimento e implementação dos programas de vacinação contra o Covid-19 e da aprovação de pacotes de estímulos adicionais à economia por parte dos EUA e do Japão.

Em 2021, as projecções para Moçambique apontam para um ligeiro crescimento do PIB, perspectivando-se um aumento do consumo interno e da procura externa, impulsionado pelo avanço nas vacinações, bem como pela adopção de pacotes de estímulo fiscal e do alívio progressivo das medidas de contenção da propagação do coronavírus. Contudo, as incertezas



relacionadas com a evolução da pandemia, o impacto dos fenómenos naturais extremos e a prevalência da instabilidade militar no norte do país são factores que criam alguma incerteza sobre a evolução económica nacional.

As descobertas de gás têm criado oportunidades para a diversificação da economia, melhoria da sua resiliência e aumento da competitividade nos mais diversos sectores, estimulando o desenvolvimento da indústria e melhorando a estabilidade macroeconómica. As necessidades de infraestruturas para projectos relacionados com os recursos naturais, também podem desencadear um ciclo de investimentos públicos e privados, essenciais para o crescimento do país.

Quanto à Moçambique Companhia de Seguros, o ano de 2021 arrancou de uma forma promissora, com uma evolução positiva dos Prémios Brutos Emitidos, no primeiro trimestre de actividade, prevendo-se que a Companhia continue a crescer, depois de ter alcançado uma variação acima dos 21%, em 2020.

Apesar de um quadro de preocupação e incerteza, o desempenho da MCS no início do ano, os desenvolvimentos tecnológicos em curso e as perspectivas de recuperação económica permitem antever um exercício favorável.

No presente exercício, deu-se início às actividades previstas no Plano Estratégico da Companhia assente em 3 vectores: crescimento, rentabilidade e qualidade, suportado pelo desenvolvimento de plataformas tecnológicas. Com efeito, estão a ser implementadas diversas iniciativas que impulsionarão o crescimento dos prémios, através da aposta na venda-cruzada e no *up-selling* de produtos estratégicos, na realização de campanhas comerciais e publicitárias, no reforço dos novos canais e na dinamização das redes de distribuição tradicionais.

A MCS irá promover, também, várias iniciativas que terão como objectivo a melhoria da qualidade e rentabilidade, suportado por uma criteriosa política de gestão e selecção de riscos e pela adopção de medidas destinadas à redução da sinistralidade e ao aumento da eficácia na cobrança de prémios. Assim, procurar-se-á garantir o necessário equilíbrio na exploração técnica das várias linhas de negócio da Companhia.



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 100.865.064 meticais, seja aplicado na constituição de reservas legais (20.173.013 meticais), em reserva estatutária, o valor de 5.043.253 meticais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, e o remanescente seja levado, na totalidade, a resultados transitados.

Com a aplicação do resultado constante da presente proposta, a situação líquida da Companhia fixar-se-á em 187.341.167 meticais.

6. Notas Finais

A finalizar, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades que nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, nomeadamente:

- ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem procurado assegurar ao país um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- aos Clientes pela confiança demonstrada;
- aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- aos Auditores, pela colaboração prestada;
- à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- aos Agentes, Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 24 de Maio de 2020

O Conselho de Administração



O Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por
Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Fernando Dias Nogueira

O Vogal

Bento Nuno de Mira Serrano



Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS

GANHOS E PERDAS	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida							Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior reexpresso
			Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		651 428	29 042 824	100 699 327	18 662 524	108 715 426	630 060	1 809 187	1 829 085	-	262 039 861	179 753 685
Prémios brutos emitidos	4.14	393 419	29 106 524	152 568 637	153 202 004	124 874 262	1 244 573	14 536 411	4 571 490	-	480 497 320	396 803 742
Prémios de resseguro cedido	4.14	(262 730)	(1 126 129)	(39 754 114)	(136 732 076)	(12 700 251)	(898 612)	(12 527 335)	(2 655 772)	-	(206 657 019)	(176 367 201)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4.9	462 887	1 398 715	(14 742 510)	(3 223 469)	(5 467 320)	362 842	(1 687 788)	(443 653)	-	(23 340 297)	(70 380 611)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	4.8	57 852	(336 286)	2 627 314	5 416 065	2 008 735	(78 743)	1 487 900	357 020	-	11 539 857	29 697 755
Custos com sinistros líquidos de resseguro		353 068	16 116 473	36 413 501	35 241 829	14 561 842	578 186	1 750 507	(64 405 419)	-	40 609 988	112 827 549
Montantes pagos												
Montantes brutos	4.15	337 811	12 047 035	79 155 994	434 583 131	53 693 257	1 466 404	2 480 565	48 288 216	-	632 052 413	588 641 091
Parte dos resseguradores	4.15	-	(2 471 251)	(41 402 739)	(414 536 462)	(413 585)	(1 024 282)	(1 005 775)	(30 599 812)	-	(491 453 907)	(402 912 880)
Provisão para sinistros (variação)												
Montante bruto	4.15	15 258	6 539 743	3 679 357	(38 902 500)	(38 710 853)	436 760	(764 722)	(80 268 633)	-	(147 975 591)	(22 200 634)
Parte dos resseguradores	4.15	-	947	(5 019 111)	54 097 660	(6 977)	(300 696)	1 040 439	(1 825 188)	-	47 987 073	(50 700 028)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.7	5 534	114 169	4 019	924 771	151 587	806	2 635	1 520	-	1 205 041	49 827 972
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro												
Montante bruto	4.15	(7 940 000)								-	(7 940 000)	9 810 000
Parte dos resseguradores	4.15	5 955 000								-	5 955 000	(7 357 500)
Gastos de exploração líquidos		213 316	11 796 988	39 756 598	40 905 908	40 428 207	304 180	3 300 579	875 118	-	137 580 892	124 275 234
Custos de aquisição	4.16	22 407	5 210 502	18 290 939	13 334 727	13 437 952	40 320	944 437	264 435	-	51 545 718	57 225 710
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.16	74 047	417 526	(1 169 138)	684 917	735 778	67 891	(101 624)	153 057	-	862 455	(3 840 467)
Custos administrativos	4.16	130 062	5 967 069	31 558 563	33 447 767	27 369 964	255 147	2 980 079	937 192	-	102 645 844	94 616 585
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.16	(13 201)	201 891	(8 923 766)	(6 561 504)	(1 115 488)	(59 179)	(522 313)	(479 565)	-	(17 473 125)	(23 726 594)
Rendimentos												
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	4 203 232	4 203 232	2 820 408
Gastos com investimentos												
Outros	4.16	14	635	3 358	3 559	3 103	27	317	100	-	11 112	9 566
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		142 432	(6 059 216)	2 320 312	(434 858)	(25 744 095)	61	(716 050)	228 614	(67 490)	(30 330 291)	(10 139 740)
De activos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizadas a custo am	4.8	142 432	(6 059 216)	2 320 312	(434 858)	(25 744 095)	61	(716 050)	228 614	(67 490)	(30 330 291)	(11 342 152)
De investimentos a deter até a maturidade		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 202 412
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões (variação)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 534 207)	(2 534 207)	13 720 399
Resultado antes de imposto		1 922 065	7 073 774	22 201 539	(57 978 684)	79 314 783	(253 199)	(2 528 800)	65 129 152	1 736 516	116 617 144	(82 958 589)
Impostos correntes	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	(15 996 872)	(15 996 872)	(4 350 475)
Impostos diferidos	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	244 792	244 792	220 548
Resultado líquido do exercício		1 922 065	7 073 774	22 201 539	(57 978 684)	79 314 783	(253 199)	(2 528 800)	65 129 152	(14 015 565)	100 865 064	(87 088 516)



BALANÇO	Notas	31/dez/20			31/12/2019 Reexpresso
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.1	230 441 085	-	230 441 085	10 966 571
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.2	103 756 080	-	103 756 080	69 420 626
Investimentos a deter até a maturidade	4.3	-	-	-	1 541 969
Edifícios					
De uso próprio	4.4	73 664 965	9 499 675	64 165 290	64 003 859
Outros activos tangíveis	4.5	35 569 896	29 346 499	6 223 397	8 355 926
Outros activos intangíveis	4.6	69 661 619	3 270 636	66 390 983	60 941 076
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.7	48 457 547	-	48 457 547	36 917 698
Provisão matemática do ramo Vida	4.7	1 402 500	-	1 402 500	7 357 500
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	4.7	(947)	-	(947)	-
De outros ramos	4.7	(11 333 968)	-	(11 333 968)	36 776 371
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.8	169 292 417	30 158 492	139 133 925	403 792 734
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.8	113 777 454	-	113 777 454	90 231 736
Contas a receber por outras operações	4.8	96 261 517	692 766	95 568 751	45 789 618
Activos por impostos					
Activos por impostos correntes	4.18	5 026 981	-	5 026 981	2 403 347
Acréscimos e diferimentos	4.19	39 591 884	-	39 591 884	9 819 361
Total do activo		975 569 030	72 968 068	902 600 962	848 318 392



BALANÇO	Notas	31/dez/20	31/dez/19 reexpresso
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.9	156 751 580	132 550 128
Provisão matemática do ramo Vida	4.9	1 870 000	9 810 000
Provisão para sinistros			
Do ramo Vida	4.9	46 174	30 917
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.9	48 638 534	35 177 589
De outros ramos	4.9	17 788 844	118 889 856
Provisão para desvios de sinistralidade	4.9	17 694 428	16 766 119
Provisão para riscos em curso	4.9	51 258 227	51 258 227
Empréstimos obtidos			
	4.10	49 950 913	43 169 367
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.11	22 328 908	40 900 024
Contas a pagar por operações de resseguro	4.11	265 768 024	237 811 630
Contas a pagar por outras operações	4.11	35 558 894	37 422 336
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.18	27 073 255	18 145 365
Passivos por impostos diferidos	4.18	11 267 935	11 512 727
Acréscimos e diferimentos	4.19	9 264 079	8 397 750
Total do passivo		715 259 796	761 842 034
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.12	167 500 000	167 500 000
Reservas de reavaliação	4.13	35 394 290	36 168 581
Reserva por impostos diferidos	4.13	(11 326 172)	(11 573 945)
Reserva legal	4.13	24 904 068	23 550 839
Reservas estatutárias	4.13	3 538 973	3 200 666
Outras reservas	4.13	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	4.13	(134 999 689)	(46 745 901)
Resultados do exercício		100 865 064	(87 088 516)
Total do Capital Próprio		187 341 167	86 476 358
Total do Passivo e do Capital Próprio		902 600 962	848 318 392



**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balanzo a 31 de Dezembro de 2018	164 643 088	33 154 798	(10 609 535)	19 602 938	2 213 691	(60 397 682)	19 739 503	169 811 435
Aplicação do resultado do exercício de 2018	-	-	-	3 947 901	986 975	14 804 614	(19 739 503)	-
Aumento do capital social	2 856 912	-	-	-	-	-	-	2 856 912
Reserva de Reavaliação do edifício de uso próprio	-	3 788 074	-	-	-	-	-	3 788 074
Impostos diferidos sobre o valor de reavaliação de edifícios de uso próprio	-	-	(1 212 183)	-	-	-	-	(1 212 183)
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(774 291)	-	-	-	774 291	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	247 773	-	-	(247 773)	-	-
Regularização de excesso de perdas de anos anteriores	-	-	-	-	-	(1 679 351)	-	(1 679 351)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6 766 401	6 766 401
Efeito da reexpressão	-	-	-	-	-	-	(93 854 917)	(93 854 917)
Balanzo a 31 de Dezembro de 2019	167 500 000	36 168 581	(11 573 945)	23 550 839	3 200 666	(46 745 901)	(87 088 516)	86 476 358
Aplicação do resultado do exercício de 2019	-	-	-	1 353 229	338 307	5 074 863	87 088 517	93 854 917
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(774 291)	-	-	-	774 291	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	247 773	-	-	(247 773)	-	-
Reposição da provisão para sinistros dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho em 2019	-	-	-	-	-	(71 029 771)	-	(71 029 771)
Reforço da provisão para riscos em curso decorrente do ajustamento de sinistros em 2019	-	-	-	-	-	(22 825 146)	-	(22 825 146)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(252)	100 865 064	100 864 810
Balanzo a 31 de Dezembro de 2020	167 500 000	35 394 290	(11 326 172)	24 904 068	3 538 973	(134 999 689)	100 865 065	187 341 167



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	2020	2019 reexpresso
Resultado líquido do exercício	100 865 064	19 739 503
Total do rendimento integral	100 865 064	19 739 503



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Nota	2020	2019 reexpresso
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		100 865 064	(82 738 041)
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Impostos diferidos e sobre o rendimento		15 752 080	(220 548)
Depreciações e amortizações		4 835 398	5 824 564
Menos ou mais valia no abate de activos tangíveis		(220 618)	(358 649)
Variação das provisões técnicas, líquidas de resseguro		(110 981 172)	93 854 917
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações		30 330 291	(11 342 152)
Outras provisões		-	1 202 412
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>			
(Aumento) / redução em devedores por operações de seguros e outras operações		191 333 958	(1 622 089)
Aumento / (redução) em credores por operações de seguros e outras operações		7 521 837	36 599 259
Aumento / (redução) de outros activos		(29 772 523)	-
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos		(25 915 389)	989 315
Aumento / (redução) de outros passivos financeiros		866 329	2 413 905
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(2 360 601)	(6 289 439)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		182 254 655	38 313 454
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis		(1 622 125)	(2 472 550)
Aquisição de activos intangíveis		(6 226 670)	(18 194 229)
Venda de activos tangíveis		200 000	1 815 025
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento		(7 648 795)	(18 851 754)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos obtidos		49 950 913	43 169 367
Reembolso de empréstimos e juros		(5 082 259)	(64 009 812)
Aumento de capital social		-	2 856 912
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento		44 868 654	(17 983 533)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		219 474 514	1 478 167
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro		10 966 571	9 488 404
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	4.1	230 441 085	10 966 571

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado, com sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). De referir que, em referência a 31 de Dezembro de 2020, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 99.637.444 meticais, de acordo com os requisitos regulamentares actualmente em vigor. Esta situação decorre da Companhia não ter aplicado o valor ressarcido correspondente à responsabilidade da MSC – Mediterranean Shipping Company no processo de sinistro envolvendo o segurado Emodraga, dado que este reembolso só se concretizou no dia 31 de Dezembro de 2020. O valor do reembolso ascende a 207 milhões de meticais e foi aplicado no início de 2021.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas a ser realizada a 28 de Maio de 2021.



2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019 foram as seguintes:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Dólar Norte-Americano	74,89	62,06
Randes Sul Africano	5,10	4,35
Euro	92,05	68,90

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda



cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em



reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.



Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.



e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.



f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.



As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio, a MCS passou a adoptar desde o exercício de 2016, o modelo de revalorização, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.



A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.



O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.



Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.



Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2020 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.



Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;



- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR).

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores



registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desses exercícios.

Reexpressão de erros do período anterior

- Natureza e motivo para a reclassificação

No decorrer do exercício, a Companhia teve a necessidade de corrigir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a fim de reflectir ajustamentos no cálculo da provisão para sinistros e provisão para riscos em curso. Com efeito, o inventário de sinistros em referência a 31 de Dezembro de 2019, extraídos do sistema apresentava-se incompleto devido a um erro de replicação verificado no sistema informático o que nos levou à proceder com a anulação manual das provisões que se revelavam excessivas. Os custos com sinistros têm impacto directo no cálculo das provisões para riscos em curso, e como considerou-se incorrectamente os custos depois da anulação das provisões, houve a necessidade de recalcular a provisão para riscos em curso, considerando os custos reais dos sinistros.

A Companhia entendeu, com base na informação disponível, que tais ajustamentos representam um erro tal como disposto no parágrafo 41 da NIC 8 – Políticas Contabilísticas, alterações de estimativas e erros. Os erros foram corrigidos retrospectivamente e os comparativos foram devidamente ajustados.

- Impactos em cada classe de item reclassificado:

O efeito da correcção no Balanço e no Mapa de Ganhos e Perdas apresenta-se como segue:



Impacto no Balanço	Balanço	
	Activo	Passivo
	Aumento/ (diminuição)	Aumento/ (diminuição)
Provisão para sinistros		
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	12 287 589
De outros ramos	-	58 742 182
Provisão para riscos em curso	-	22 825 146
	-	93 854 917

Impacto nos Ganhos e Perdas e Capital Próprio	Ganhos e Perdas	
	Perdas	Ganhos
Provisão para sinistros (variação)		
Montante bruto	71 029 771	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	22 825 146	-
	93 854 917	-

Impacto nos Fluxos de Caixa	Fluxo de Caixa
	Aumento/ (diminuição)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Variação das provisões técnicas, líquidas de resseguro	93 854 917
	93 854 917

As demonstrações financeiras claramente divulgam a reexpressão dos comparativos efectuados de acordo com a NIC 8, e foram correctamente aplicados.

Não se verificaram diferenças significativas das estimativas durante o exercício.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida, ainda numa fase incipiente de exploração e com o peso residual no total da produção da Companhia.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.



- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.

O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas.

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

	31/dez/20			
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	845 731	229 595 354	-	230 441 085
Empréstimos e contas a receber	380 791	103 375 290	-	103 756 080
Outros depósitos	380 791	103 375 290	-	103 756 080
Edifícios	-	64 165 290	-	64 165 290
Outros activos tangíveis	-	6 223 397	-	6 223 397
Outros activos intangíveis	-	66 390 983	-	66 390 983
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 402 500	37 122 632	-	38 525 132
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	252 749 137	95 568 751	348 480 130
Activos por impostos	-	5 026 981	-	5 026 981
Acréscimos e diferimentos	-	39 591 884	-	39 591 884
Total do activo	2 791 263	804 240 948	95 568 751	902 600 962
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	2 949 172	291 098 616	-	294 047 788
Empréstimos obtidos	-	49 950 913	-	49 950 913
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	288 096 932	35 558 894	323 655 826
Passivos por impostos	-	38 341 189	-	38 341 189
Passivos por impostos correntes	-	27 073 255	-	27 073 255
Passivos por impostos diferidos	-	11 267 935	-	11 267 935
Acréscimos e diferimentos	-	-	9 264 079	9 264 079
Total do passivo	2 949 172	667 487 651	44 822 973	715 259 796
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	100 500 000	-	167 500 000
Reservas de reavaliação	-	35 394 290	-	35 394 290
Reserva por impostos diferidos	-	(11 326 172)	-	(11 326 172)
Reserva legal	-	-	24 904 068	24 904 068
Reservas estatutárias	-	-	3 538 973	3 538 973
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(134 999 689)	(134 999 689)
Resultados do exercício	1 922 065	112 958 564	(14 015 565)	100 865 064
Total do Capital Próprio	68 922 065	237 526 681	(119 107 579)	187 341 167
Total do Passivo e do Capital Próprio	71 871 236	905 014 332	(74 284 606)	902 600 963

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

	31/12/2019 reexpresso			Total
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	65 435	10 901 136	-	10 966 571
Empréstimos e contas a receber	414 215	69 006 411	-	69 420 626
Investimentos a deter até a maturidade	9 201	1 532 768	-	1 541 969
Edifícios	-	64 003 859	-	64 003 859
Outros activos tangíveis	-	8 355 926	-	8 355 926
Outros activos intangíveis	-	60 941 076	-	60 941 076
Provisões técnicas de resseguro cedido	7 357 500	73 694 069	-	81 051 569
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	493 862 229	45 789 618	539 814 088
Activos por impostos	-	-	2 403 347	2 403 347
Acréscimos e diferimentos	-	-	9 819 361	9 819 361
Total do activo	8 008 591	782 297 475	58 012 326	848 318 392
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	11 262 754	353 220 081	-	364 482 835
Empréstimos obtidos	-	-	43 169 367	43 169 367
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	278 711 654	37 422 336	316 133 990
Passivos por impostos	-	-	29 658 092	29 658 092
Acréscimos e diferimentos	-	-	8 397 750	8 397 750
Total do passivo	11 262 754	631 931 735	118 647 545	761 842 034
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	100 500 000	-	167 500 000
Reservas de reavaliação	-	36 168 581	-	36 168 581
Reserva por impostos diferidos	-	(11 573 945)	-	(11 573 945)
Reserva legal	-	-	23 550 839	23 550 839
Reservas estatutárias	-	-	3 200 666	3 200 666
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(46 745 901)	(46 745 901)
Resultados do exercício	(2 559 825)	(95 759 671)	11 230 980	(87 088 516)
Total do Capital Próprio	64 440 175	29 334 965	(7 298 782)	86 476 358
Total do Passivo e do Capital Próprio	75 702 929	661 266 700	111 348 763	848 318 392

**GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS**

2020

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	651 428	261 388 433	-	262 039 861
Prémios brutos emitidos	393 419	480 103 901	-	480 497 320
Prémios de resseguro cedido	(262 730)	(206 394 289)	-	(206 657 019)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	462 887	(23 803 184)	-	(23 340 297)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	57 852	11 482 005	-	11 539 857
Custos com sinistros líquidos de resseguro	353 068	40 256 920	-	40 609 988
Montantes pagos				
Montantes brutos	337 811	631 714 602	-	632 052 413
Parte dos resseguradores	-	(491 453 907)	-	(491 453 907)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	15 258	(147 990 848)	-	(147 975 591)
Parte dos resseguradores	-	47 987 073	-	47 987 073
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	5 534	1 199 508	-	1 205 041
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro				-
Montante bruto	(7 940 000)			(7 940 000)
Parte dos resseguradores	5 955 000			5 955 000
Gastos de exploração líquidos	213 316	137 367 577	-	137 580 892
Custos de aquisição	22 407	51 523 311	-	51 545 718
Custos de aquisição diferidos (variação)	74 047	788 408	-	862 455
Custos administrativos	130 062	102 515 782	-	102 645 844
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(13 201)	(17 459 925)	-	(17 473 125)
Rendimentos				
Outros	-	-	4 203 232	4 203 232
Gastos com investimentos				
Outros	14	11 098	-	11 112
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	142 432	(30 405 233)	(67 490)	(30 330 291)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	142 432	(30 405 233)	(67 490)	(30 330 291)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(2 534 207)	(2 534 207)
Resultado antes de imposto	1 922 065	112 958 564	1 736 516	116 617 144
Impostos correntes	-	-	(15 996 872)	(15 996 872)
Impostos diferidos	-	-	244 792	244 792
Resultado líquido do exercício	1 922 065	112 958 564	(14 015 565)	100 865 064


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2019 reexpresso

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	917 488	178 836 197	-	179 753 685
Prémios brutos emitidos	878 464	395 925 278	-	396 803 742
Prémios de resseguro cedido	(132 736)	(176 234 465)	-	(176 367 201)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	182 266	(70 562 877)	-	(70 380 611)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	(10 506)	29 708 261	-	29 697 755
Custos com sinistros líquidos de resseguro	250 068	112 577 481	-	112 827 549
Montantes pagos				
Montantes brutos	251 614	588 389 477	-	588 641 091
Parte dos resseguradores	-	(402 912 880)	-	(402 912 880)
Provisão para sinistros (variação)				-
Montante bruto	(1 546)	(22 199 088)	-	(22 200 634)
Parte dos resseguradores	-	(50 700 028)	-	(50 700 028)
				-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	55 038	49 772 934	-	49 827 972
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro				
Montante bruto	9 810 000	-	-	9 810 000
Parte dos resseguradores	(7 357 500)	-	-	(7 357 500)
Gastos de exploração líquidos	761 591	123 513 643	-	124 275 234
Custos de aquisição	625 813	56 599 897	-	57 225 710
Custos de aquisição diferidos (variação)	19 539	(3 860 006)	-	(3 840 467)
Custos administrativos	116 239	94 500 346	-	94 616 585
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(23 726 594)	-	(23 726 594)
Rendimentos				
Outros	-	-	2 820 408	2 820 408
Gastos com investimentos				
Outros	-	9 566	-	9 566
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(41 884)	(11 277 756)	1 179 900	(10 139 740)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(41 884)	(11 277 756)	(22 512)	(11 342 152)
De outros	-	-	1 202 412	1 202 412
Outros rendimentos/gastos	-	-	13 720 399	13 720 399
Resultado antes de imposto	(2 559 825)	(95 759 671)	15 360 907	(82 958 589)
Impostos correntes	-	-	(4 350 475)	(4 350 475)
Impostos diferidos	-	-	220 548	220 548
Resultado líquido do exercício	(2 559 825)	(95 759 671)	11 230 980	(87 088 516)



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Caixa	199 711	113 293
Depósitos à Ordem	230 241 374	10 853 278
	<u>230 441 085</u>	<u>10 966 571</u>

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data do fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
<u>Meticais</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	60 516 665	45 338 862
First National Bank	6 468 450	2 229 956
Banco Único	6 869 849	659 008
First Capital Bank	-	691 798
Moza Banco	563 559	-
Banco BIG	162 678	157 198
Standard Bank	15 477 441	-
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Banco Único	352 964	291 141
Banco Comercial e de Investimentos	6 060 970	14 839 048
First National Bank	869 688	718 713
Standard Bank	-	503 045
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	6 413 816	3 991 856
	<u>103 756 080</u>	<u>69 420 626</u>



4.3. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Obrigações PETROMOC 2015	-	1 541 969
	<u>-</u>	<u>1 541 969</u>

4.4. Edifícios de uso próprio

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a Sede da Companhia, por uma Agência pré fabricada adquirida durante o exercício de 2017 na fronteira de Ressano Garcia, em Maputo, para a comercialização exclusiva de seguro automóvel e uma Copa anexa ao edifício Sede.

O valor contabilístico dos edifícios decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	38 248 756	38 248 756
	<u>71 455 774</u>	<u>71 455 774</u>
Depreciações acumuladas	(9 183 214)	(7 967 774)
Valor líquido	<u>62 272 560</u>	<u>63 488 000</u>
Agência Ressano Garcia		
Custo	633 555	633 555
	<u>633 555</u>	<u>633 555</u>
Depreciações acumuladas	(170 616)	(117 696)
Valor líquido	<u>462 939</u>	<u>515 859</u>



	31/dez/20	31/dez/19
Copa da Sede		
Custo	1 575 636	-
	1 575 636	-
Depreciações acumuladas	(145 845)	-
Valor líquido	1 429 790	-
Total líquido	64 165 290	64 003 859

4.5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31/dez/19	Compras	Vendas / Abates	Transferências/ Regularizações	31/dez/20
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 692 213	117 020	-	-	1 809 233
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	8 749 955	771 949	-	-	9 521 905
Material de transporte	15 187 792	-	(1 139 000)	-	14 048 792
Mobiliário e material	7 113 105	99 601	-	-	7 212 706
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	1 011 602	-	-	(476 670)	534 932
	36 196 995	988 570	(1 139 000)	(476 670)	35 569 896
	31/dez/19	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências/ Regularizações	31/dez/20
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	1 593 964	31 870	-	-	1 625 834
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 688 894	641 051	-	-	8 329 945
Material de transporte	12 138 764	1 543 466	(1 139 000)	-	12 543 230
Mobiliário e material	5 070 975	392 804	-	-	5 463 779
Outro equipamento	851 444	35 239	-	-	886 684
	27 841 069	2 644 430	(1 139 000)	-	29 346 499
<i>Valor líquido</i>	8 355 927				6 223 397



O aumento verificado na rubrica de equipamento administrativo resulta da aquisição de aparelhos de ar condicionado para o edifício Sede.

O aumento verificado na rubrica de equipamento informático refere-se, essencialmente, à aquisição de computadores necessários para assegurar o teletrabalho, em consequência da pandemia da Covid-19.

A 31 de Dezembro de 2019, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	<u>31/dez/18</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências/ Regularizações</u>	<u>31/dez/19</u>
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 692 213	-	-	-	1 692 213
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	8 281 000	577 325	(108 370)	-	8 749 955
Material de transporte	16 035 254	785 000	(1 632 462)	-	15 187 792
Mobiliário e material	7 187 299	-	(74 194)	-	7 113 105
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	534 932	476 670	-	-	1 011 602
	36 173 026	1 838 995	(1 815 025)	-	36 196 995
	<u>31/dez/18</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências/ Regularizações</u>	<u>31/dez/19</u>
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	1 518 298	75 666	-	-	1 593 964
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 057 616	722 247	(90 969)	-	7 688 894
Material de transporte	11 192 406	2 526 633	(1 580 275)	-	12 138 764
Mobiliário e material	4 710 639	411 167	(50 831)	-	5 070 975
Património artístico	-	-	-	-	-
Outro equipamento	726 367	125 077	-	-	851 444
	25 702 354	3 860 790	(1 722 075)	-	27 841 069
<i>Valor líquido</i>	10 470 672				8 355 926



4.6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	<u>31/dez/19</u>	<u>Aumentos</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Custo de aquisição</i>			
Despesas em edificios arrendados	21 931 689	-	21 931 689
Activos em curso	41 503 260	6 226 670	47 729 930
	63 434 949	6 226 670	69 661 619
	<u>31/dez/19</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>			
Despesas em edificios arrendados	2 493 873	776 763	3 270 636
	2 493 873	776 763	3 270 636
<i>Valor líquido</i>	<u>60 941 076</u>		<u>66 390 983</u>

O aumento verificado na rubrica de activos em curso é justificado pelas despesas incorridas durante o exercício com o projecto de implementação do novo sistema informático denominado Projecto MCS^{XXI}, no âmbito da optimização dos serviços e sistemas da Companhia. A conclusão da implementação do Projecto MCS^{XXI}, está previsto para o final de 2021.

A 31 de Dezembro de 2019, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	<u>31/dez/18</u>	<u>Aumentos</u>	<u>31/dez/19</u>
<i>Custo de aquisição</i>			
Despesas em edificios arrendados	21 056 587	875 102	21 931 689
Activos em curso	24 184 133	17 319 127	41 503 260
	45 240 720	18 194 229	63 434 949
	<u>31/dez/18</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>31/dez/19</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>			
Despesas em edificios arrendados	1 719 232	774 641	2 493 873
	1 719 232	774 641	2 493 873
<i>Valor líquido</i>	<u>43 521 488</u>		<u>60 941 076</u>



4.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Provisão para prémios não adquiridos	48 457 547	36 917 698
Provisão matemática do ramo Vida	1 402 500	7 357 500
Provisão para sinistros	(11 334 915)	36 776 371
	<u>38 525 132</u>	<u>81 051 569</u>

A 31 de Dezembro de 2020, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, da provisão para sinistros de resseguro cedido e da provisão matemática de resseguro cedido apresentam a seguinte decomposição por ramos:

	<u>2020</u>		
	<u>PPNA</u>	<u>Provisão matemática do ramo Vida</u>	<u>Provisão para sinistros</u>
Vida	83 324	1 402 500	-
Acidentes de Trabalho	257 536	-	(947)
Acidentes Pessoais e Doença	3 615 146	-	10 422 545
Incêndio e Elementos da Natureza	34 208 950	-	(44 999 862)
Automóvel	4 809 620	-	6 977
Transportes	301 649	-	248 503
Responsabilidade Civil Geral	4 312 371	-	(730 763)
Diversos	868 951	-	23 718 633
	<u>48 457 547</u>	<u>1 402 500</u>	<u>(11 334 915)</u>



A 31 de Dezembro de 2019, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentavam a seguinte decomposição:

	2019		
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros
Vida	25 472	7 357 500	-
Acidentes de Trabalho	593 821	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	987 834	-	5 527 646
Incêndio e Elementos da Natureza	28 792 885	-	9 097 796
Automóvel	2 800 891	-	-
Transportes	380 393	-	(52 193)
Responsabilidade Civil Geral	2 824 470	-	309 677
Diversos	511 932	-	21 893 445
	36 917 698	7 357 500	36 776 371

4.8. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31/dez/20	31/dez/19
Tomadores e Mediadores de seguro	169 292 417	464 214 025
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	113 777 454	90 231 736
Valores a receber por outras operações	96 261 517	53 594 854
	379 331 388	608 040 615
Imparidade em valores a receber	(30 851 258)	(68 226 526)
	348 480 130	539 814 089

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar e outros valores a receber é como segue:

	31/dez/20		31/dez/19	
	Prémios por cobrar	Outros valores a receber	Prémios por cobrar	Outros valores a receber
A 1 de Janeiro	60 421 291	7 805 235	71 740 933	7 923 587
Reforço	2 691 420		874 680	22 636
Redução	(32 954 220)	(7 112 469)	(12 194 322)	(140 988)
A 31 de Dezembro	30 158 492	692 766	60 421 291	7 805 235
	30 851 258		68 226 526	



4.9. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31/dez/20	31/dez/19 Reexpresso
Provisão para prémios não adquiridos	156 751 580	132 550 128
Provisão matemática do ramo Vida	1 870 000	9 810 000
Provisão para sinistros	66 473 552	154 098 362
Provisão para desvios de sinistralidade	17 694 428	16 766 119
Provisão para riscos em curso	51 258 227	51 258 227
	294 047 788	364 482 836

A 31 de Dezembro de 2020, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 032 997	1 870 000	46 174	-	-
Acidentes de Trabalho	11 539 894	-	41 621 604	167 545	-
Acidentes Pessoais e Doença	14 887 845	-	7 016 930	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	43 707 199	-	559 975	10 979 637	30 062 834
Automóvel	76 474 238	-	15 996 517	-	21 195 393
Transportes	735 092	-	668 549	-	-
Responsabilidade Civil Geral	5 990 083	-	464 375	-	-
Diversos	2 384 233	-	99 427	6 547 246	0
	156 751 580	1 870 000	66 473 552	17 694 428	51 258 227

A 31 de Dezembro de 2019, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	2019 Reexpresso				
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 421 837	9810000	30 917	162 012	-
Acidentes de Trabalho	15 545 503	-	35 177 589	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	922 397	-	3 301 034	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	37 166 455	-	39 462 474	10 056 861	30 062 834
Automóvel	70 272 453	-	73 143 916	-	-
Transportes	1 030 042	-	231 790	-	21 195 393
Responsabilidade Civil Geral	4 403 917	-	1 229 098	-	-
Diversos	1 787 524	-	1 521 544	6 547 246	-
	132 550 128	9 810 000	154 098 362	16 766 119	51 258 227



4.10. Empréstimos obtidos

A rubrica de empréstimos obtidos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Conta Corrente Caucionada	19 889 543	43 169 367
Empréstimo Lusitania	30 061 370	-
	<u>49 950 913</u>	<u>43 169 367</u>

O saldo da rubrica Conta Corrente Caucionada corresponde a um financiamento até ao limite de 50.000.000 meticais contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos para apoio à tesouraria. Este financiamento rende juros a uma taxa 13,5%, por ano. Como garantia deste empréstimo, foram penhorados 2 depósitos a prazo nos valores de 44.347.424 meticais e 210.285 dólares americanos.

O empréstimo Lusitania corresponde a um valor de EUR400.000 concedido a 24 de Abril de 2020 para reforço à tesouraria no âmbito dos sinistros Idai que abalaram a zona centro do país. O empréstimo rende juros a uma taxa de 4,95%, sendo o seu vencimento a 24 de Julho de 2021.

4.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	22 328 908	40 900 024
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	265 768 024	237 811 630
Valores a pagar por outras operações	35 558 894	37 422 336
	<u>323 655 826</u>	<u>316 133 990</u>

A rubrica de Resseguradores inclui o montante de 155.462.522 meticais a ser pago àqueles em resultado do reembolso de sinistro Emodraga efectuado pela MSC - Mediterranean Shipping Company.



4.12. Capital social

O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros encontra-se subscrito consoante a seguinte estrutura societária:

Accionista	Número de acções	Valor Nominal	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	451 417	45 141 735	26,95%
Montepio Geral – Associação Mutualista	369 590	36 959 011	22,07%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	330 909	33 090 874	19,76%
Sociedade Nacional de Invest. Financeiros, SA	173 753	17 375 300	10,37%
Caixa Económica Montepio Geral	167 192	16 719 180	9,98%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	70 687	7 068 690	4,22%
Grupo Visabeira, SGPS	49 909	4 990 910	2,98%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	19 963	1 996 300	1,19%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	0,89%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	0,71%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	0,53%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	0,35%
	1 675 000	167 500 000	100,00%

4.13. Reservas

Reservas de reavaliação

São registados nesta rubrica os valores resultantes de reajustamentos de imóveis ao seu justo valor.

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia; e
- 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.



De acordo com o Decreto nº 39/2018, de 5 Julho, o capital social mínimo aplicável à MCS é de 295 milhões de meticais. Este capital deverá ser integralmente subscrito e realizado até Julho de 2021.

As reservas legais, representam actualmente 8,44% daquele valor.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

4.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2020			2019		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	393 419	(262 730)	130 689	878 464	(132 736)	745 728
Acidentes de Trabalho	29 106 524	(1 126 129)	27 980 395	38 547 952	(1 444 265)	37 103 687
Acidentes Pessoais e Doença	152 568 637	(39 754 114)	112 814 524	106 973 791	(54 854 666)	52 119 125
Incêndio e Elementos da Natureza	153 202 004	(136 732 076)	16 469 928	110 486 596	(102 041 508)	8 445 088
Automóvel	124 874 262	(12 700 251)	112 174 011	120 490 397	(4 435 165)	116 055 232
Transportes	1 244 573	(898 612)	345 961	1 378 224	(853 252)	524 972
Responsabilidade Civil	14 536 411	(12 527 335)	2 009 075	12 811 857	(10 102 988)	2 708 869
Diversos	4 571 490	(2 655 772)	1 915 718	5 236 461	(2 502 621)	2 733 840
	480 497 320	(206 657 019)	273 840 301	396 803 742	(176 367 201)	220 436 541



4.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2020			2019		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Vida	320 409	-	320 409	183 649	-	183 649
Acidentes de Trabalho	18 553 524	(2 470 305)	16 083 220	5 382 412	(5 544 721)	(162 309)
Acidentes Pessoais e Doença	82 835 351	(46 421 850)	36 413 501	51 126 326	(66 917 869)	(15 791 543)
Incêndio e Elementos da Natureza	395 680 631	(360 438 802)	35 241 829	411 893 197	(364 869 253)	47 023 944
Automóvel	14 982 403	(420 562)	14 561 842	17 145 551	(1 342 753)	15 802 798
Transportes	1 903 164	(1 324 978)	578 186	(43 592)	(122 407)	(165 999)
Responsabilidade Civil	672 100	34 664	706 764	(577 674)	(454 140)	(1 031 814)
Diversos	(31 980 418)	(32 425 001)	(64 405 419)	9 277 959	(14 361 765)	(5 083 806)
	482 967 165	(443 466 834)	39 500 332	494 387 828	(453 612 908)	40 774 920

4.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2020		2019	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Vida	(4 017)	(13 201)	106 804	-
Acidentes de Trabalho	3 998 193	201 891	5 062 557	1 413 673
Acidentes Pessoais e Doença	11 879 294	(8 923 766)	11 472 190	(14 721 279)
Incêndio e Elementos da Natureza	6 539 259	(6 561 504)	6 566 239	(8 306 621)
Automóvel	7 877 291	(1 115 488)	12 892 323	193 658
Transportes	(11 517)	(59 179)	170 536	(214 109)
Responsabilidade Civil	338 984	(522 313)	999 099	(938 664)
Diversos	74 029	(479 565)	733 042	(1 009 761)
	30 691 515	(17 473 125)	38 002 790	(23 583 103)



Os gastos administrativos são analisados como segue:

	2020	2019
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	15 864 120	10 298 653
Remunerações do Pessoal	42 548 885	40 142 950
Encargos sobre remunerações	2 127 855	1 731 432
Cursos de Formação	21 385	551 140
Comparticipação nas despesas hospitalares	57 600	15 048
Outros	70 975	223 801
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Electricidade	1 028 271	1 629 431
Trabalhos Especializados	15 608 809	9 666 090
Publicidade e Propaganda	4 275 334	2 893 591
Artigos para Oferta	495 543	557 386
Rendas e Alugueres	6 610 178	7 265 288
Conservação e Reparação	6 592 676	6 506 565
Comunicação	2 782 299	2 056 905
Deslocações e Estadas	2 140 655	4 583 175
Seguros	7 023 190	7 457 875
Vigilância e Segurança	2 460 031	2 916 452
Combustíveis	2 275 494	2 186 609
Material de Escritório	5 007 128	5 247 547
Despesas de alimentação	538 537	557 235
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	1 369 362	1 820 120
Impostos e taxas	1 147 375	739 911
Depreciações e amortizações do exercício	4 835 398	5 824 565
Comissões	-	160
	<u>124 881 100</u>	<u>114 871 929</u>

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	2020	2019
Sinistros	1 111 978	1 022 856
Aquisição	20 897 828	19 222 933
Administrativa	102 860 562	94 616 616
Investimentos	10 732	9 524
	<u>124 881 100</u>	<u>114 871 929</u>

**4.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos**

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	2020	2019
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	14 738 715	2 726 667
Outros rendimentos não técnicos	2 987 620	24 604 130
Receitas de abates de activos	845 000	451 600
Contribuições para o Plano de Saúde BM	109 723 883	-
	128 295 218	27 782 397
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21 844 709	4 385 630
Juros suportados	5 082 259	5 073 288
Quotas	469 694	458 500
Utilizações do Plano de Saúde BM	99 980 715	-
Despesas com abates de activos	645 000	-
Despesas bancárias	2 511 713	3 115 963
Outros gastos não técnicos	295 335	1 028 617
	130 829 424	14 061 998
	(2 534 207)	13 720 399

A rubrica de juros suportados corresponde aos custos do financiamento contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos na modalidade de Conta Corrente Cauçionada (Nota 4.10).

4.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Imposto corrente	(15 996 872)	(4 350 475)
Imposto diferido	244 792	220 548
	(15 752 080)	(4 129 927)



O imposto corrente é determinado com base nas taxas em vigor para cada exercício fiscal.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2020 e 2019, bem como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2020		2019	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		116 617 144		10 896 328
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	37 317 486	32,00%	3 570 968
Correções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	0,32%	377 184	3,15%	351 910
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,00%	-	0,00%	-
Mais valias fiscais	0,00%	-	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	0,00%	-
Multas	0,01%	6 608	0,00%	41
50% de ajudas de custo	0,03%	33 024	0,31%	34 537
Menos valias contabilísticas	0,18%	206 400	0,27%	29 744
80% das despesas de representação	0,02%	23 646	0,00%	-
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido	-19,49%	(22 729 527)	0,00%	-
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,00%	-
Aluguer de viaturas sem condutor	0,01%	10 409	0,00%	-
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	0,76%	891 948	5,89%	657 689
Ofertas	0,14%	158 574	0,00%	-
Publicidade	0,00%	-	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,03%	31 421	0,00%	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Realização de utilidade social não enquadráveis	0,02%	18 432	0,04%	4 815
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de diferenças	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de provisões referentes a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Correções fiscais - A deduzir				
Menos valias fiscais	0,23%	270 400	1,29%	144 512
Formação profissional	0,00%	-	0,00%	-
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	0,00%	-
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Impostos diferidos	0,07%	78 333	0,63%	70 575
(Prejuízo)/Lucro tributável	13,72%	15 996 872	39,93%	4 350 475
Imposto apurado		15 996 872		4 350 475
Pagamentos especial por conta de IRPC		100 000		100 000
Retenção na fonte de IRPC		-		-
Pagamentos por conta de IRPC		3 760 266		1 838 964
		3 860 266		1 938 964
Imposto corrente a pagar/(receber)		12 136 607		2 411 511



Com referência a 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresenta lucros fiscais no montante de 49.990.226 meticais.

O movimento no imposto diferido activo e passivo foi como segue:

31/dez/19	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31/dez/20
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	11 464 229	-	(244 792)	-	11 219 437
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	-	48 498
	11 512 727	-	(244 792)	-	11 267 935
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(244 792)		

A 31 de Dezembro de 2019, o movimento nos activos e passivos por impostos diferidos foi como segue:

31-Dez-18	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-19
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	10 472 594	1 212 184	(220 548)	-	11 464 229
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	-	48 498
	10 521 092	1 212 184	(220 548)	-	11 512 727
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(220 548)		

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	31/dez/20	31/dez/19
<i>Activos por impostos correntes</i>		
Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros	3 860 266	1 938 964
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte (IRPC)	381 942	-
Outros	784 773	464 383
	5 026 981	2 403 347



	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
<i><u>Passivos por impostos correntes</u></i>		
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	15 996 872	4 350 475
Imposto do selo	9 460 892	11 498 057
Retenção na fonte (IRPS)	1 612 113	1 266 887
Segurança social (INSS)	3 378	326 861
Sobretaxa	-	703 085
	<u>27 073 255</u>	<u>18 145 365</u>

4.19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	1 512	66 543
Outros custos diferidos	244 334	157 170
Prémios antecipados	10 873 350	9 595 648
Outros acréscimos de proveitos	28 472 688	-
	<u>39 591 884</u>	<u>9 819 361</u>
<u>Passivo</u>		
Férias e subsídio de férias	8 046 679	6 904 441
Outros acréscimos de custos	1 212 600	1 488 509
Outros Proveitos diferidos	4 800	4 800
	<u>9 264 079</u>	<u>8 397 750</u>
	<u>30 327 805</u>	<u>1 421 611</u>



4.20. Outras provisões

Não existem provisões a reportar a 31 de Dezembro de 2020, para além das descritas nas Notas anteriores.

4.21. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados, usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com a mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:

	31/dez/20		31-Dez-19	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	103 756 080	101 202 506	31 761 543	66 930 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	1 500 000	1 485 590
Devedores por operações de seguros e outras	348 480 130	316 250 880	538 191 999	534 628 196
	452 236 210	417 453 386	571 453 542	603 044 586
Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	49 950 913	28 556 213	43 169 367	36 916 396
Cretores por operações de seguros e outras	323 655 826	311 250 698	316 133 990	270 342 799
	373 606 739	339 806 910	359 303 357	307 259 195

A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinado a partir de variáveis que não são baseadas em informação observável no mercado.

A tabela seguinte resume, para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:



	31/dez/20			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	101 202 506	-	101 202 506
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	316 250 880	316 250 880
Total de activos financeiros	-	101 202 506	316 250 880	417 453 386
Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	-	28 556 213	-	28 556 213
Credores por operações de seguros e outras	-	-	311 250 698	311 250 698
Total de passivos financeiros	-	28 556 213	311 250 698	339 806 910

	31-Dez-19			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	66 930 800	-	66 930 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 485 590	-	1 485 590
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	534 628 196	534 628 196
Total de activos financeiros	-	68 416 390	534 628 196	603 044 586
Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	-	36 916 396	-	36 916 396
Credores por operações de seguros e outras	-	-	270 342 799	270 342 799
Total de passivos financeiros	-	36 916 396	270 342 799	307 259 195

4.22. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania.

As transacções e saldos entre as duas entidades resumem-se como segue:

	31/dez/20	31/dez/19
Prémios de resseguro cedido	(53 437)	15 187 896
Comissões de resseguro cedido	(1 616 304)	3 700 619
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	17 872 711	7 231 152
Participação nos resultados	661 388	(11 567 274)
Conta corrente	(15 648 455)	15 823 399



Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam, em 2020, a 15.864.120 meticais. Em 2019, os valores foram de 10.298.653 meticais.

4.23. Compromissos e contingências

Devido ao impacto da reexpressão das Contas de 2019, o resultado previamente apresentado às autoridades fiscais, registou uma alteração substancial, tendo passado de um lucro de 10.896.328 meticais para um prejuízo de 82.958.589 meticais. Em resultado desta situação, a MCS remeteu um pedido de opinião vinculativa à autoridade tributária para que seja autorizada a dedução do prejuízo de 2019 ao resultado apurado em 2020. Ainda que não tenha sido obtida a opinião vinculativa, é convicção do Conselho de Administração que a mesma será favorável à MCS.

4.24. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos, não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. Risco de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: risco de as provisões constituídas para sinistros se revelarem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado ou que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;



- Risco de Sinistralidade: risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado ou que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Retenção: risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente associado a calamidades naturais (terramotos, furacões e inundações). É o risco de um evento único ou uma série de eventos, de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), provocarem um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradoras.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas, face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que, a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados, em 2020, aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Na tabela seguinte apresenta-se a comparação entre os principais rácios de sinistralidade líquida de resseguro da MCS:



Ramo	31/dez/20	31/dez/19
Vida	54,20%	27,26%
Acidentes de Trabalho	55,49%	36,01%
Acidentes Pessoais e Doença	36,16%	-37,80%
Incêndio e Elementos da Natureza	188,84%	615,43%
Automóvel	13,39%	81,41%
Transportes	91,77%	-212,86%
Responsabilidade Civil Geral	96,76%	-10,72%
Diversos	-3521,18%	-206,56%
Rácio global	15,50%	62,77%

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros. Podemos considerar, em sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por poderem resultar em perdas económicas e na deterioração dos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde à incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades, caso os rendimentos gerados pelos activos não cubram as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

O quadro que se segue compara as responsabilidades assumidas com os activos por tipologia a 31 de Dezembro de 2020:

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Vida	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Seguro directo	2 949 172	53 329 043	237 769 573	294 047 788
Resseguro cedido	(1 485 824)	(256 590)	(36 782 719)	(38 525 132)
Valor líquido	1 463 347	53 072 453	200 986 855	255 522 655

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Vida	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Edifícios	-	62 272 560	-	62 272 560
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	-	6 223 397	6 223 397
Depósitos a prazo	-	560 000	42 171 197	42 731 197
Prémios à cobrança directos (antiguidade inferior a 60 dias)	99 388	5 935 304	57 396 791	63 431 483
Caixa e disponibilidades	1 500 000	-	86 081 187	87 581 187
Total	1 599 388	68 767 865	191 872 571	262 239 824



Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com as variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de fluxos monetários futuros, de um instrumento financeiro, poderem flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de um valor, de um determinado instrumento financeiro, flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS ao risco de taxa de juro prende-se, essencialmente, com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia e pelas aplicações em instituições financeiras.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro numa só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS, cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, os bilhetes de tesouro e as obrigações corporativas. Para estes, as tabelas abaixo



sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019, assim como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de juro:

Exposição ao risco da taxa de juro

	31/dez/20			
	<u>Total</u>	<u>MZN</u>	<u>USD</u>	<u>ZAR</u>
Activos				
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	103 756 080	90 058 642	7 283 622	6 413 816
Total	103 756 080	90 058 642	7 283 622	6 413 816
Passivos				
Empréstimos obtidos	49 950 913	19 889 543	30 061 370	-
Total	49 950 913	19 889 543	30 061 370	-
Posição Líquida	53 805 167	70 169 099	(22 777 748)	6 413 816

	<u>Aumento /Diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
2020		
Maibor	+200	(327 279)
Maibor	-200	327 279
Libor	+25	(40 910)
Libor	-25	40 910

Exposição ao risco da taxa de juro

	31/dez/19			
	<u>Total</u>	<u>MZN</u>	<u>USD</u>	<u>ZAR</u>
Activos				
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	68 344 133	48 029 624	16 336 364	3 978 145
Investimentos a deter até a maturidade	1 541 969	1 541 969	-	-
Total	69 886 102	49 571 593	16 336 364	3 978 145
Passivos				
Empréstimos obtidos	43 169 367	43 169 367	-	-
Total	43 169 367	43 169 367	-	-
Posição Líquida	26 716 735	6 402 226	16 336 364	3 978 145



	<u>Aumento /Diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
2019		
Maibor	+200	406 290
Maibor	-200	(406 290)
Libor	+25	50 786
Libor	-25	(50 786)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição a moedas estrangeiras, efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo resumizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019, bem como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de câmbio:

Exposição ao risco da taxa de câmbio

		31/dez/20		
	<u>Total</u>	<u>MZN</u>	<u>USD</u>	<u>ZAR</u>
<u>Activos</u>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	243 129 905	242 135 493	990 748	3 665
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	103 756 080	90 058 642	7 283 622	6 413 816
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	348 480 130	337 385 171	11 086 902	8 057
Total	<u>695 366 115</u>	<u>669 579 306</u>	<u>19 361 271</u>	<u>6 425 538</u>
<u>Passivos</u>				
Empréstimos obtidos	49 950 913	19 889 543	30 061 370	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	353 717 196	353 717 196	-	-
Total	<u>403 668 109</u>	<u>373 606 739</u>	<u>30 061 370</u>	<u>-</u>
Posição Líquida	<u>291 698 006</u>	<u>295 972 566</u>	<u>(10 700 098)</u>	<u>6 425 538</u>



	Aumento /Diminuição	Efeito em resultados		
2020				
Dólares americanos	+20	(2 140 020)		
Dólares americanos	-20	2 140 020		
Randes sul africanos	+20	1 285 108		
Randes sul africanos	-20	(1 285 108)		
Euros	+20	-		
Euros	-20	-		
Exposição ao risco da taxa de câmbio				
	31/dez/19			
	Total	MZN	USD	ZAR
Activos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10 966 571	9 368 867	1 594 425	3 279
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	68 344 133	48 029 624	16 336 364	3 978 145
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	539 814 089	449 307 652	89 988 193	518 244
Total	619 124 793	506 706 143	107 918 982	4 499 668
Passivos				
Empréstimos obtidos	43 169 367	43 169 367	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	316 133 990	265 747 053	50 383 354	3 583
Total	359 303 357	308 916 420	50 383 354	3 583
Posição Líquida	259 821 436	197 789 723	57 535 628	4 496 085
	Aumento /Diminuição	Efeito em Resultados		
2019				
Dólares americanos	+20	11 507 126		
Dólares americanos	-20	(11 507 126)		
Randes sul africanos	+20	899 217		
Randes sul africanos	-20	(899 217)		
Euros	+20	-		
Euros	-20	-		

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer em perdas, pelo não cumprimento de obrigações de contrapartes. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:



- Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- Valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- Risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada no grupo Montepio.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM. A MCS apenas detém títulos de dívida pública e obrigações corporativas.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a Gestão recorre a diversas fontes e gere os activos de acordo com a sua liquidez, monitorizando, periodicamente, os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever, com certeza, os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de Contas correntes caucionadas.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019:

**Exposição ao risco de crédito**

	31/dez/20				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	230 441 085	-	-	-	230 441 085
Depósitos a prazo	103 756 080	-	-	-	103 756 080
Valores a receber por operações de seguro directo	139 133 925	-	-	-	139 133 925
Valores a receber por operações de resseguro	113 777 454	-	-	-	113 777 454
Valores a receber por outras operações	95 568 751	-	-	-	95 568 751
Total	682 677 295	-	-	-	682 677 295
Passivos Financeiros					
Empréstimos obtidos	49 950 913	-	-	-	49 950 913
Valores a pagar por operações de seguro directo	40 900 024	-	-	-	40 900 024
Valores a pagar por operações de resseguro	237 811 630	-	-	-	237 811 630
Valores a pagar por outras operações	37 422 336	-	-	-	37 422 336
Total	366 084 903	-	-	-	366 084 903

Exposição ao risco de crédito

	31/dez/19				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	10 966 571	-	-	-	10 966 571
Depósitos a prazo	68 344 133	-	-	-	68 344 133
Investimentos a deter até maturidade	-	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro directo	403 792 734	-	-	-	403 792 734
Valores a receber por operações de resseguro	90 231 736	-	-	-	90 231 736
Valores a receber por outras operações	45 789 619	-	-	-	45 789 619
Total	619 124 793	-	-	-	619 124 793
Passivos Financeiros					
Empréstimos obtidos	43 169 367	-	-	-	43 169 367
Valores a pagar por operações de seguro directo	40 900 024	-	-	-	40 900 024
Valores a pagar por operações de resseguro	237 811 630	-	-	-	237 811 630
Valores a pagar por outras operações	37 422 336	-	-	-	37 422 336
Total	359 303 357	-	-	-	359 303 357

4.25. Acontecimentos após a data de balanço

Não existem acontecimentos após a data de reporte que requeira divulgação adicional.

A administração continua a monitorar os impactos da Covid-19 decretadas em Março de 2019 dado que a mesma provocou desaceleração da economia o que poderá resultar em perdas para a actividade seguradora. No entanto, ainda não é possível determinar o montante das perdas dado que a situação está longe de estabilizada.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2020
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 1

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	Valores em Meticals	
						VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.3 - De outros emissores							
Sub-total	-	-	-	-	-	-	-
3 - TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	-	-

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2020
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 2

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2019 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2020 (3)	Reajustamentos
				(3) + (2) - (1)
Ramo Vida	30 917	337 811	15 258	322 152
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	38 475 946	12 047 035	6 539 743	(19 889 168)
Acidentes Pessoais e Doença	15 866	79 155 994	3 679 357	82 819 485
Incêndio e Elementos da Natureza	2 377 096	434 583 131	(38 902 500)	393 303 535
Automóvel	573 950	53 693 257	(38 710 853)	14 408 454
Marítimo	-	-	-	-
Ferrovário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	180 980	1 466 404	436 760	1 722 184
Responsabilidade Civil Geral	326 256	2 480 565	(764 722)	1 389 588
Diversos	942 034	48 288 216	(80 268 633)	(32 922 451)
Total Não Vida	42 892 127	631 714 602	(147 990 848)	440 831 626
Total geral	42 923 044	632 052 413	(147 975 591)	441 153 778

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2020
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3)=(1)+(2)
Seguro directo			
Vida	337 811	15 258	353 068
Acidentes de Trabalho	12 047 035	6 539 743	18 586 778
Acidentes Pessoais e Doença	79 155 994	3 679 357	82 835 351
Incêndio e Elementos da Natureza	434 583 131	(38 902 500)	395 680 631
Automóvel	53 693 257	(38 710 853)	14 982 403
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	1 466 404	436 760	1 903 164
Responsabilidade Civil Geral	2 480 565	(764 722)	1 715 843
Diversos	48 288 216	(80 268 633)	(31 980 418)
Total	632 052 413	(147 975 591)	484 076 822
Resseguro accite			
Total Geral	632 052 413	(147 975 591)	484 076 822

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2020
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	393 419	262 730	353 068	213 316	67 192
Acidentes de Trabalho	29 106 524	1 126 129	18 586 778	11 796 988	(3 862 952)
Acidentes Pessoais e Doença	152 568 637	39 754 114	82 835 351	39 756 598	(5 721 508)
Incêndio e Elementos da Natureza	153 202 004	136 732 076	395 680 631	40 905 908	(273 102 304)
Automóvel	124 874 262	12 700 251	14 982 403	40 428 207	4 317 945
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	1 244 573	898 612	1 903 164	304 180	(2 780 812)
Responsabilidade Civil Geral	14 536 411	12 527 335	1 715 843	3 300 579	11 609 030
Diversos	4 571 490	2 655 772	(31 980 418)	875 118	(9 610 401)
Total	480 497 320	206 657 019	484 076 822	137 580 892	(279 083 810)
Resseguro Aceite					
Total geral	480 497 320	206 657 019	484 076 822	137 580 892	(279 083 810)



Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Direcção, o Balanço e Contas e o Relatório dos Auditores Independentes e, como resultado da análise efectuada, é de opinião que estes documentos espelham a situação económico-financeira da Moçambique, Companhia de Seguros, SA, em 31 de Dezembro de 2020.

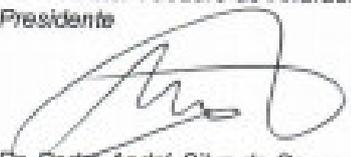
Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a. Sejam aprovados o Relatório, Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e outros documentos apresentados pelo Conselho de Administração;
- b. Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício; e
- c. Seja louvado o Conselho de Administração pela criteriosa e empenhada gestão e apreciada a dedicação e zelo dos colaboradores.

Maputo 28 de Maio de 2021

O Conselho Fiscal,


Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Presidente


Dr. Pedro André Silva de Sousa
Vogal

Dr. Cláudio João
Vogal



Deloitte.

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 21430594
Tel: +258 20500100
contact@deloitte.com.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS ACCIONISTAS DA MCS – Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **MCS – Moçambique Companhia de Seguros, S.A.** (a "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um activo total de 902.600.962 Meticals e um total de capital próprio de 187.341.167 Meticals, incluindo um resultado líquido de 100.865.064 Meticals), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações de capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **MCS – Moçambique Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique para o Sector de Seguros – Diploma Ministerial nº. 222/2010, de 17 de Dezembro.

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 2.1 das Notas às demonstrações financeiras, a qual refere que em 31 de Dezembro de 2020, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 99.637.444 Meticals. Contudo, tal como mencionado na referida nota, esta situação decorre do facto da Companhia não ter aplicado o valor ressarcido correspondente a um processo de sinistro dado que o reembolso, no montante de 207 milhões de Meticals, apenas ocorreu no dia 31 de Dezembro de 2020 cuja aplicação ocorreu no início de 2021.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a mensagem do presidente, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Instituição ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Instituição.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver contulio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014
Representada por:
Zacaria Fakir
Partner
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012
Maputo, 28 de Maio de 2021